

**ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, DA
NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.**

NIRE 35.300.177.240
CNPJ/MF 00.108.786/0001-65

Pelo presente instrumento particular:

NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, nº 1.356, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.108.786/0001-65, doravante designada simplesmente "Emissora", devidamente representada na forma do seu Estatuto Social, e

PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A., com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Avenida Paulista, nº 2439 – 11º andar, inscrita no CNPJ sob nº 00.806.535/0001-54, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominado "Agente Fiduciário"),

E, as seguintes controladas, diretas e indiretas, da Emissora (doravante denominadas "Garantidoras"):

Alnor Alumínio do Norte Ltda., uma sociedade limitada brasileira com escritório principal na cidade de Manaus, estado do Amazonas, na Rua Emilio Moreira nº 1672, Altos, Praça 14 de Janeiro, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.) sob o nº 34.534.750/0001-65, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Antenas Comunitárias Brasileiras Ltda., uma sociedade limitada brasileira com escritório principal na cidade de Blumenau, estado de Santa Catarina, na Avenida Brasil nº 60, Ponta Aguda, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.) sob o nº 79.375.606/0001-61, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Cabodinâmica TV Cabo São Paulo S.A., uma sociedade por ações brasileira com escritório principal na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Rua Verbo Divino, 1.356, Chácara Santo Antônio, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.) sob o nº 65.516.254/0001-02, aqui representada de acordo com seu Estatuto Social;



A large, stylized handwritten signature in black ink, located at the bottom right of the page.

CMA Participações S.A., uma sociedade por ações brasileira com escritório principal na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, à Rua Verbo Divino, 1.356, Chácara Santo Antônio, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.) sob o nº 31.959.356/0001-80, aqui representada de acordo com seu Estatuto Social;

Dabny, L.L.C., uma entidade ("limited liability company") constituída e existente de acordo com as leis de Delaware, com endereço para notificação c/o The Corporation Trust Company, Corporate Trust Center, 1209 Orange Street, Wilmington, Condado de New Castle, Delaware 19801, USA, aqui representada de acordo com seus atos constitutivos ("Amended and Restated Limited Liability Company Agreement");

Jonquil Ventures Limited, uma entidade ("international business company") constituída e existente de acordo com as leis da Ilhas Virgens Britânicas, com endereço para notificação em Craigmuir Chambers, P.O. Box 71, Road Town, Tortola, Ilhas Virgens Britânicas, aqui representada de acordo com seus atos constitutivos ("Memorandum and Articles of Association");

Multicanal Telecomunicações S.A., com sede na cidade de São Paulo – SP, na Rua Verbo Divino nº 1356 – 1º andar – parte, CEP 04719-002, Chácara Santo Antônio, inscrita no CNPJ sob o nº 31.963.481/0001-64, com seus atos societários devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.300.179.650, aqui representada de acordo com seu Estatuto Social;

Net Belo Horizonte Ltda., com sede social na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Avenida Renascença nº 515, Renascença, CEP 31160-000, inscrita no CNPJ sob o nº 38.738.308/0001-01, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.205.912.660, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Brasília Ltda., com sede social em Brasília, Distrito Federal, SIG/Sul, Quadra 01, nº 725, CEP 70000-000, inscrita no CNPJ sob o nº 26.499.392/0001-79, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Distrito Federal sob o nº 53.201.047.229, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Londrina Ltda., uma sociedade limitada brasileira com escritório principal na cidade de Londrina, estado do Paraná, à Rua Santos, 737, Centro, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.) sob o nº 80.924.459/0001-10, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Rio S.A., uma sociedade por ações brasileira com escritório principal na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, à Rua Vilhena de Moraes, 380, Bloco 02, Sala 201, 3º Andar, Barra da Tijuca, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.) sob o nº 28.029.775/0001-09, aqui representada de acordo com seu Estatuto Social;

TV Cabo de Chapecó Ltda., uma sociedade limitada brasileira com escritório principal na cidade de Chapecó, estado de Santa Catarina, à Avenida Nereu Ramos, 247/01, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.) sob o nº 00.847.530/0001-26, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;



TV Vídeo Cabo de Belo Horizonte S.A., uma sociedade por ações brasileira com escritório principal na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, à Avenida Renascença, 505, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (C.N.P.J.) sob o nº 64.195.522/0001-79, aqui representada de acordo com seu Estatuto Social;

Net Recife Ltda., com sede na cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Rua Francisco Alves nº 100, CEP 50770-490, Bairro da Ilha do Leite, inscrita no CNPJ sob o nº 08.828.469/0001-25, com seu contrato social registrado perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco sob o NIRE 26.300.009.323, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net São Paulo Ltda., sediada na cidade de São Paulo – SP, na Rua Verbo Divino nº 1.356, térreo, blocos 1 e 2, CEP 04719-002, Chácara Santo Antônio, São Paulo – SP, inscrita no CNPJ sob o nº 65.697.161/0001-21, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.211.796.645, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Campinas Ltda., com sede social na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Jasmim nº 610, CEP 13.807-520, Chácara Primavera, inscrita no CNPJ sob o nº 61.698.510/0001-79, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.217.666.743, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Indaiatuba Ltda., com sede social na cidade de Indaiatuba, Estado de São Paulo, na Rua 11 de junho de nº 1.849/1.853, Vila Victoria, CEP 13.330-050, inscrita no CNPJ sob o nº 58.393.695/0001-07, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.217.754.707, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Franca Ltda., com sede social na cidade de Franca, Estado de São Paulo, na Rua Carmen Irene Batista nº 2.837, Jardim Samello, CEP 14405-135, inscrita no CNPJ sob o nº 60.348.414/0001-38, com seu contrato social registrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.300.156.064, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Sul Comunicações Ltda., com sede social na cidade de Porto Alegre - RS, na Rua Silveiro nº 1111, Morro Santa Teresa, CEP 90850-000, inscrita no CNPJ sob o nº 73.676.512/0001-46, com seus atos societários registrados na Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43.202.713.330, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

DR- Empresa de Distribuição e Recepção de TV Ltda., com sede na cidade de Porto Alegre - RS, na Rua Silveiro nº 1111, Morro Santa Teresa, CEP 90850-000, inscrita no CNPJ sob o nº 93.088.342/0001-96, com seu contrato social registrado perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul sob o NIRE 43.201.786.449, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Joinville Ltda., com sede na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, na Avenida Procópio Gomes nº 419, Bucaren, CEP 89202-300, inscrita no CNPJ sob o nº 85.271.898/0001-95, com seu contrato social registrado perante a Junta Comercial de Santa Catarina sob o NIRE 42.201.544.177, aqui representada de acordo com seu Contrato;



Net Florianópolis Ltda., com sede na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Avenida Rio Branco nº 808, Centro, CEP 88015-202, inscrita no CNPJ sob o nº 72.461.072/0001-47, com seu contrato social registrado perante a Junta Comercial de Santa Catarina sob o NIRE 42.203.242.011, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Maringá Ltda., com sede social na cidade de Maringá, Estado do Paraná, na Avenida Nóbrega nº 494, Zona 04, CEP 87013-330, inscrita no CNPJ sob o nº 81.712.416/0001-34, com seu contrato social registrado perante a Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE 41.202.262.838, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net São José do Rio Preto Ltda., com sede na cidade de São José do Rio Preto, no Estado de São Paulo, na Rua Lafaiete Spínola de Castro nº 1922, Boa Vista, CEP 15025-510, inscrita no CNPJ sob o nº 69.082.832/0001-09, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.211.262.373, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Piracicaba Ltda., com sede social na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, na Avenida Independência nº 3552, Alemães, CEP 13416-230, inscrita no CNPJ sob o nº 64.592.116/0001-40, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.209.638.108, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Goiânia Ltda., com sede na cidade de Goiânia, no Estado de Goiás, na Rua 15, Quadra j-15, Lote 08, nº 970, Setor Marista, CEP 74000-000, inscrita no CNPJ sob o nº 33.659.475/0001-43, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Goiás sob o nº 52.201.948.560, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Campo Grande Ltda., com sede social na cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, na Avenida Afonso Pena nº 3.004, CEP 79002-075, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 24.615.965/0001-57, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Mato Grosso do Sul sob o nº 54.200.390.362, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Sorocaba Ltda., com sede social na cidade de Sorocaba, Estado de São Paulo, na Avenida Antônio Carlos Comitre nº 1.074, esquina com a Rua Pedro Molina nº 81, Parque Campolim, CEP 18047-000, inscrita no CNPJ sob o nº 64.637.903/0001-60, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.215.468.952, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net São Carlos S.A., com sede na Cidade de São Carlos, Estado de São Paulo, na Avenida Dr. Carlos Botelho, nº 1.986, inscrita no CNPJ sob o nº 57.724.759/0001-34, aqui representada de acordo com seu Estatuto Social;

Horizonte Sul Comunicações Ltda., sociedade com sede na Cidade Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Silveiro, nº 1.111, parte, inscrita no CNPJ sob o nº 94.319.209/0001-66, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;



Net Paraná Comunicações Ltda., sociedade com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Paulo Graeser Sobrinho, nº 557, Mercês, inscrita no CNPJ sob o nº 84.922.681/0001-35, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Curitiba Ltda., com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Mamoré nº 340, inscrita no CNPJ sob o nº 82.342.333/0001-03, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Arapongas Ltda., com sede na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, na Rua Marabú, nº 542, inscrita no CNPJ sob o nº 81.897.118/0001-66, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Ribeirão Preto S.A., com sede na Cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, na Avenida Nove de Julho, nº 1.266, inscrita no CNPJ sob o nº 64.807.456/0001-40, aqui representada de acordo com seu Estatuto Social;

Net Bauru Ltda., com sede na Cidade de Bauru, Estado de São Paulo, na Avenida Duque de Caxias, nº 466, inscrita no CNPJ sob o nº 64.083.561/0001-84, aqui representada de acordo com seu Contrato Social;

Net Anápolis Ltda., com sede na Cidade de Anápolis, Estado de Goiás, na Rua Senai, nº 159 a 179, inscrita no CNPJ sob o nº 33.584.277/0001-68, aqui representada de acordo com seu Contrato Social; e

Reyc Comércio e Participações Ltda., com sede na Cidade de São José, Estado de Santa Catarina, na Rua Francisco José Ferreira, nº 101, inscrita no CNPJ sob o nº 95.853.263/0001-50, aqui representada de acordo com seu Contrato Social.

vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente Escritura da Quarta Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real e Fidejussória, da Net Serviços de Comunicação S.A. (doravante denominada "Escritura"), contendo as seguintes cláusulas e condições:

Todos os termos iniciados em letras maiúsculas cujo significado não esteja devidamente definido nesta Escritura encontram-se definidos no Glossário, que constitui o Anexo I à presente Escritura.

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Emissão e Distribuição Pública de Debêntures é firmada com base nas deliberações da Reunião do Conselho de Administração ("RCA") da Emissora realizada em 03 de novembro de 2004 e da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Emissora realizada em 04 de fevereiro de 2005. A AGE autorizou o Conselho de Administração a (a) retificar e deliberar sobre todos os termos e condições das Debêntures, que não sejam de competência exclusiva de Assembleia Geral, por força do Estatuto Social da Companhia ou de norma aplicável, inclusive retificar e deliberar sobre as matérias de que tratam os incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, com suas posteriores alterações ("LSA"), e quaisquer alterações solicitadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"); e (b) cancelar as Debêntures que não forem colocadas no âmbito desta Emissão.



5

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A Quarta Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real e Fidejussória, da Net Serviços de Comunicação S.A. ("Emissão") será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

A ata da AGE que deliberou sobre a presente Emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") sob o nº 47.468/05-1, em 11 de fevereiro de 2005, e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico, edição nacional em 16 de fevereiro de 2005.

2.2. Inscrição e Arquivamento da Escritura e Aditamentos

A Escritura e seus eventuais aditamentos serão (i) inscritos na JUCESP e (ii) arquivados em cada um dos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos onde estão localizadas as sedes sociais da Emissora e das Garantidoras.

2.3. Registro dos Contratos de Penhor

2.3.1. Previamente à concessão do registro definitivo pela CVM, os Contratos de Penhor de Direitos Creditórios (conforme definidos na Cláusula 4.2.1) deverão ser registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, de acordo com a Cláusula 4.2.6 desta Escritura.

2.3.2. Previamente à concessão do registro definitivo pela CVM, o Contrato de Penhor Mercantil (conforme definido na Cláusula 4.2.1) será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis dos locais (i) da sede social da Emissora e de cada Garantidora signatária do Contrato de Penhor Mercantil e (ii) da circunscrição onde estiverem situados os ativos empenhados, de acordo com a Cláusula 4.2.6 desta Escritura.

2.3.3. Previamente à concessão do registro definitivo pela CVM, o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Penhor de Quotas (conforme definidos na Cláusula 4.2.1) serão (i) registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos dos locais da sede social da Emissora e de cada Garantidora signatária dos referidos contratos e (ii) averbados nos livros de registro de ações nominativas, nos livros da instituição financeira responsável pela custódia das ações escriturais ou nos contratos sociais da Emissora e das Garantidoras, conforme aplicável, de acordo com a Cláusula 4.2.6 desta Escritura.

2.4. Registro na Comissão de Valores Mobiliários e na Anbid

2.4.1. A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma da Lei das Sociedades por Ações, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003 ("Instrução CVM nº 400/03"), e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.



2.4.2. Adicionalmente, a Emissão deverá ser registrada na Associação Nacional de Bancos de Investimentos (“ANBID”) no prazo de 15 (quinze) dias a contar do registro da Emissão na CVM, em atendimento ao artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002.

2.5. Registro para Negociação

2.5.1. No mercado primário, as debêntures da presente Emissão (“Debêntures”) serão registradas para negociação no Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro – ANDIMA e operacionalizado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP. No mercado secundário, o Debenturista poderá optar por negociar parte ou a totalidade das Debêntures de que for titular (i) no Sistema Nacional de Debêntures – SND, administrado pela ANDIMA e operacionalizado pela CETIP, ou (ii) no Sistema de Negociação Bovespa Fix, da Bovespa, custodiado na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia – CBLC.

2.5.2. A Emissora não emitirá certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será admitido como comprovante de titularidade o “Relatório de Posição de Ativos” expedido pelo SND, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia destes títulos quando depositados no referido sistema; e/ou o “Relatório de Posição de Títulos” expedido através do sistema de liquidação e custódia da CBLC, caso as Debêntures sejam negociadas no Bovespa Fix.

2.6. Colocação e Procedimento

2.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública primária com intermediação do Banco Bradesco S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de títulos e valores mobiliários para colocação no mercado de balcão organizado, no regime de melhores esforços, mediante os termos e condições previstos na Instrução CVM nº 400/03, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo certo que a presente Emissão somente terá como público alvo os titulares de debêntures da 2ª (segunda) emissão pública de debêntures da Emissora (“Segunda Emissão”) e da 3ª (terceira) emissão pública de debêntures da Emissora (“Terceira Emissão”).

2.6.2. As Debêntures somente poderão ser subscritas mediante a utilização de créditos oriundos das debêntures da Segunda Emissão e da Terceira Emissão, conforme disposto nas Cláusulas 3.7.4 e 3.7.5 abaixo, sendo certo que o investidor que desejar subscrever as Debêntures deverá, no momento da subscrição, declarar que está ciente e de acordo com os termos e condições desta Escritura, dos Contratos de Penhor, conforme abaixo qualificados, e do Acordo entre Credores, este na forma do Anexo II à presente Escritura (“Acordo entre Credores”) e que teve amplo acesso às informações que julgou necessárias e suficientes para a sua decisão de investimento, notadamente aquelas fornecidas pela Emissora constantes do prospecto da Emissão, e, inclusive, que tem conhecimento da atual situação econômico-financeira da Emissora.



7

2.6.3. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro de distribuição pública pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do prospecto definitivo aos investidores, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

2.7. Limite da Emissão

A presente Emissão atende ao limite estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o valor das Debêntures, somado ao valor das debêntures de emissões anteriores em circulação não ultrapassa o valor do capital social da Emissora que, na Data de Emissão, totalizava R\$2.735.727.373,49 (dois bilhões, setecentos e trinta e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil, trezentos e setenta e três reais e quarenta e nove centavos).

2.8. Número da Emissão

A presente Emissão constitui a quarta emissão pública de debêntures da Emissora.

2.9. Destinação dos Recursos

Não haverá recebimento efetivo de recursos líquidos pela Emissora. Conforme estabelecido na Cláusula 3.7 abaixo, as Debêntures somente serão integralizadas mediante utilização de créditos contra a Emissora, oriundos da Segunda Emissão e da Terceira Emissão, as quais serão canceladas na primeira RCA da Emissora imediatamente posterior à integralização ora referenciada.

2.10. Montante Mínimo

A oferta pública será mantida independentemente de quantidade mínima de Debêntures subscritas ou montante mínimo de recursos obtidos.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características e condições:

3.1. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será feita em 2 (duas) séries, com as mesmas datas de amortização, pagamento de juros e vencimento. A 1ª série será constituída de 258 (duzentas e cinquenta e oito) Debêntures, e a 2ª série será constituída de 19.514 (dezenove mil quinhentas e quatorze) Debêntures.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$355.852.293,88 (trezentos e cinquenta e cinco milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos), na Data de Emissão (conforme definida na Cláusula 3.6.), sendo o valor total



da 1ª série de R\$62.349.244,92 (sessenta e dois milhões, trezentos e quarenta e nove mil, duzentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos), e o valor total da 2ª série de R\$293.503.048,96 (duzentos e noventa e três milhões, quinhentos e três mil e quarenta e oito reais e noventa e seis centavos).

3.3. Valor Nominal Unitário e Prêmio

3.3.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures de 1ª série será de R\$241.663,74 (duzentos e quarenta e um mil e seiscentos e sessenta e três reais e setenta e quatro centavos) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série" ou "Valor Nominal Unitário").

3.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª série será de R\$15.040,64 (quinze mil e quarenta reais e sessenta e quatro centavos) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série" ou "Valor Nominal Unitário").

3.3.3. O prêmio de cada Debênture da 1ª série (PD 1ª série) será igual ao (i) valor de cada debênture da Segunda Emissão (montante do principal somado aos juros remuneratórios aplicáveis), acrescido de todos os encargos e penalidades aplicáveis (V 2ª Emissão) menos (ii) o Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 1ª série, acrescido dos Juros Remuneratórios (V 4ª Emissão 1ª Série); sendo ambos os valores divulgados na data de publicação do anúncio de início de distribuição pública desta Emissão ("Prêmio de Emissão Unitário da 1ª Série" ou "Prêmio de Emissão Unitário"), obedecendo à seguinte fórmula:

$$PD\ 1^a\ série = V\ 2^a\ Emissão - V\ 4^a\ Emissão\ 1^a\ Série$$

3.3.4. O prêmio de cada Debênture da 2ª série (PD 2ª série) será igual ao (i) valor de cada debênture da Terceira Emissão (montante principal somado aos juros remuneratórios aplicáveis), acrescido de todos os encargos e penalidades aplicáveis (V 3ª Emissão) menos (ii) o Valor Nominal Unitário de cada Debênture da 2ª série, acrescido dos Juros Remuneratórios (V 4ª Emissão 2ª Série); sendo ambos os valores divulgados na data de publicação do anúncio de início de distribuição pública desta Emissão ("Prêmio de Emissão Unitário da 2ª Série" ou "Prêmio de Emissão Unitário"), obedecendo à seguinte fórmula:

$$PD\ 2^a\ série = V\ 3^a\ Emissão - V\ 4^a\ Emissão\ 2^a\ Série$$

3.3.5. Nos termos do artigo 182, § 1º, letra (c), da Lei das Sociedades por Ações, o prêmio recebido na emissão das Debêntures será contabilizado pela Emissora em conta de reserva de capital, somente podendo ser utilizado nas hipóteses e para os fins previstos no artigo 200 da mesma Lei.

3.4. Tipo, Forma e Conversibilidade

As Debêntures serão do tipo escritural, da forma nominativa e não conversíveis em ações da Emissora.



3.5. Espécie e Garantia

As Debêntures serão da espécie com garantia real, conforme o artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão também com garantia fidejussória, conforme disposto na Cláusula IV abaixo.

3.6. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, será considerado o dia 30 de junho de 2004 como data de emissão das Debêntures ("Data de Emissão").

3.7. Preço de Emissão Unitário, Subscrição e Integralização

3.7.1. O Preço de Emissão Unitário das Debêntures da 1ª série será o resultado da soma do seu Valor Nominal Unitário com o Prêmio de Emissão Unitário das Debêntures da 1ª série ("Preço de Emissão Unitário da 1ª Série").

3.7.2 O Preço de Emissão Unitário das Debêntures da 2ª série será o resultado da soma do seu Valor Nominal Unitário com o Prêmio de Emissão Unitário das Debêntures da 2ª série ("Preço de Emissão Unitário da 2ª Série").

3.7.3. O preço de subscrição de cada Debênture será o seu Preço de Emissão Unitário, acrescido de Juros Remuneratórios (conforme definido na Cláusula 3.9.1) incidentes exclusivamente sobre o Valor Nominal Unitário, calculados *pro rata temporis*, no período a contar da Data de Emissão até a data da efetiva subscrição.

3.7.4. A integralização das Debêntures da 1ª série será à vista, no ato da subscrição, mediante a utilização dos créditos oriundos das debêntures da Segunda Emissão, sendo que cada Debênture da 1ª série será integralizada com uma debênture da Segunda Emissão ("Data de Integralização da 1ª série").

3.7.5 A integralização das Debêntures da 2ª série será à vista, no ato da subscrição, mediante a utilização dos créditos oriundos das debêntures da Terceira Emissão, sendo que cada Debênture da 2ª série será integralizada com uma debênture da Terceira Emissão ("Data de Integralização da 2ª série", e, em conjunto com a Data de Integralização da 1ª série, "Data de Integralização").

3.7.6. As debêntures da Segunda Emissão e da Terceira Emissão utilizadas para integralizar as Debêntures serão canceladas na primeira RCA da Emissora imediatamente posterior à integralização ora referenciada, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT, e submetendo-se aos respectivos controles de compensação e liquidação.

3.8. Data de Vencimento

Para todos os efeitos legais, a data de vencimento das Debêntures será o dia 15 de dezembro de 2010 ("Data de Vencimento"), data em que será pago o montante remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures juntamente com a



remuneração à época devida, observado o disposto nas Cláusulas 3.9, 3.10, 3.11 e 3.12 abaixo.

3.9. Remuneração

3.9.1. As Debêntures farão jus a juros remuneratórios, calculados a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o seu Valor Nominal Unitário, estabelecidos com base na taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros de um dia - DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP e no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (a "Taxa DI"), acrescida exponencialmente, conforme fórmula indicada na Cláusula 3.9.6 abaixo, de *spread* anual, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, de (a) 2% (dois por cento) para cada Período de Capitalização (definido na Cláusula 3.9.3) anterior a 15 de dezembro de 2005, e (b) 3% (três por cento) para cada Período de Capitalização a partir de 15 de dezembro de 2005, inclusive ("Acréscimo sobre a Taxa DI", e, conjuntamente com a Taxa DI, os "Juros Remuneratórios").

3.9.2. A Taxa DI compreenderá o número de casas decimais divulgado pela instituição responsável pelo seu cálculo.

3.9.3. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia em 30 de junho de 2004, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios correspondentes ao período. Cada Período de Capitalização sucede ao anterior sem solução de continuidade.

3.9.4. Os Juros Remuneratórios correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos trimestralmente, com exceção do 1º (primeiro) e do 2º (segundo) Períodos de Capitalização, que serão calculados de forma *pro rata*. O Primeiro Período de Capitalização deverá ser pago até o 5º (quinto) dia útil após a Data de Integralização, vencendo-se os Períodos de Capitalização subseqüentes em cada 15 de março, 15 de junho, 15 de setembro e 15 de dezembro de cada ano (cada uma dessas datas constituindo uma "Data de Pagamento de Juros"), sendo o último na Data de Vencimento. Os juros serão computados com base em ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis. Caso a taxa aplicável, qual seja a Taxa DI ou a Taxa Substitutiva (definida na Cláusula 3.9.8), seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

3.9.5. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos Juros Remuneratórios, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

3.9.6. A apuração das parcelas de Juros Remuneratórios, que deverão ser pagas pela Emissora nas Datas de Pagamento dos Juros Remuneratórios, será realizada mediante a aplicação da fórmula abaixo:



$$J = VNe \times (FatorJuros - 1) \quad , \text{ onde:}$$

- J**..... Valor dos juros devidos na data de cálculo, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- Vne**..... Valor Nominal Unitário na Data de Emissão ou saldo do Valor Nominal Unitário da Debênture no início do Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- Fator Juros**..... Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread \quad , \text{ onde}$$

- FatorDI**..... Produtório das taxas *DI-Over*, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{nDI} [1 + TDI_k] \quad , \text{ onde}$$

- nDI**..... Número total de taxas *DI-Over* consideradas na atualização do ativo, sendo “n” um número inteiro;
- TDI_k**..... Taxas *DI-Over*, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{dk}{252}} - 1 \quad , \text{ onde}$$

- DI_k**..... Taxa *DI-Over* divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais.
- d_k**..... Número de dia(s) útil(eis) corresponde ao prazo de validade da taxa *DI Over*, sendo “d_k” um número inteiro;
- k**..... **k = 1, 2, ..., n**

- FatorSpread**..... Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, segundo a seguinte



[Handwritten signature]

fórmula:

$$\text{FatorSpread} = \left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}}, \text{ onde}$$

spread..... Acréscimo sobre a Taxa DI, informado com 4 (quatro) casas decimais;
DP..... O número de dias úteis entre o último evento ocorrido e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

Observações:

- 1) O fator resultante da expressão $[1 + \text{TDI}_k]$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais sem arredondamento;
- 2) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + \text{TDI}_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- 3) Estando os fatores diários acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

3.9.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária resultante da fixação dos Juros Remuneratórios, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devida qualquer compensação financeira, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

3.9.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 15 (quinze) dias úteis consecutivos após a Data de Emissão, ou, ainda, no caso de sua extinção ou inaplicabilidade por imposição legal, será utilizada em substituição à Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic"), ou, em sua falta, a taxa de referência do Sistema Financeiro Nacional que vier a substituir a Taxa Selic ("Taxa Substitutiva").

3.9.9. Na hipótese de não haver Taxa Substitutiva, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do (i) 15º dia útil consecutivo de ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, ou (ii) da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI, realizar Assembléia Geral de Debenturistas, para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o parâmetro a ser utilizado para a remuneração das Debêntures, o qual deverá ser proposto pela Emissora. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.



3.9.10. Caso a Taxa Substitutiva venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia Geral de Debenturistas, a referida Assembléia não será mais realizada, e a Taxa Substitutiva, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

3.9.11. Caso na Assembléia Geral de Debenturistas não venha a ser definido, em comum acordo entre a Emissora e os Debenturistas, o parâmetro a ser utilizado para a remuneração das Debêntures, a Emissora, em comum acordo com os Debenturistas, escolherá um dos 5 (cinco) maiores bancos de 1ª (primeira) linha no Brasil para cálculo do novo parâmetro dos Juros Remuneratórios. A escolha dos bancos será realizada com base em lista divulgada periodicamente pelo Banco Central do Brasil ou, na sua ausência, pelo critério de patrimônio líquido. O banco escolhido deverá adotar um novo parâmetro para fins de cálculo dos juros remuneratórios de forma a preservar a remuneração original das Debêntures, considerando, inclusive para esse fim, as últimas 15 (quinze) operações de emissão pública de debêntures do mercado brasileiro.

3.10. Amortização Obrigatória Programada

3.10.1. O Valor Nominal Unitário será amortizado como abaixo descrito:

- (A) 82% (oitenta e dois por cento) do Valor Nominal Unitário será amortizado de acordo com o seguinte cronograma fixo:

% do Valor Nominal Unitário Inicial e Data de Pagamento	Total a ser amortizado
40% até o 5º (quinto) dia útil após a Data de Integralização	total de 40%
0,75% em 15 de março de 2006	total de 3% em 2006
0,75% em 15 de junho de 2006	
0,75% em 15 de setembro de 2006	
0,75% em 15 de dezembro de 2006	
2,25% em 15 de março de 2007	total de 9% em 2007
2,25% em 15 de junho de 2007	
2,25% em 15 de setembro de 2007	
2,25% em 15 de dezembro de 2007	
3,75% em 15 de março de 2008	total de 15% em 2008
3,75% em 15 de junho de 2008	
3,75% em 15 de setembro de 2008	
3,75% em 15 de dezembro de 2008	
3,75% em 15 de março de 2009	total de 15% em 2009
3,75% em 15 de junho de 2009	
3,75% em 15 de setembro de 2009	
3,75% em 15 de dezembro de 2009	



O percentual de amortização do Valor Nominal Unitário especificado na tabela acima será calculado com base no Valor Nominal Unitário na Data de Emissão.

- (B) Os 18% (dezoito por cento) remanescentes do Valor Nominal Unitário serão amortizados na forma estabelecida na tabela abaixo, nas datas indicadas na coluna “A – Data Original de Pagamento”.

Todavia, caso (i) o Fator da Taxa DI Acumulada até o último dia do trimestre social anterior, ou (ii) a média diária da Taxa de Câmbio durante a segunda semana anterior à semana da Data Original de Pagamento (constante da coluna A), for igual ou superior aos limites estabelecidos na coluna “B – Condições” da tabela abaixo, o pagamento do principal especificado na coluna “A – Data Original de Pagamento” deverá ser pago na “Data de Pagamento Alternativa” especificada na coluna C abaixo:

% do Valor Nominal Unitário	A - Data Original de Pagamento	B – Condições		C – Data de Pagamento Alternativa
		Fator da Taxa DI Acumulada	Taxa de Câmbio	
0,75%	15 mar 2006	1,417 em 31 dez 05	R\$4,00/US\$	15 mar 2010
0,75%	15 jun 2006	1,479 em 31 mar 06	R\$4,00/US\$	15 mar 2010
0,75%	15 set 2006	1,543 em 30 jun 06	R\$4,50/US\$	15 mar 2010
0,75%	15 dez 2006	1,610 em 30 set 06	R\$4,50/US\$	15 mar 2010
1,50%	15 mar 2007	1,680 em 31 dez 06	R\$4,50/US\$	15 mar 2010
1,50%	15 jun 2007	1,767 em 31 mar 07	R\$4,50/US\$	15 jun 2010
1,50%	15 set 2007	1,859 em 30 jun 07	R\$4,50/US\$	15 jun 2010
1,50%	15 dez 2007	1,955 em 30 set 07	R\$4,50/US\$	15 jun 2010
1,50%	15 mar 2008	2,057 em 31 dez 07	R\$4,70/US\$	15 set 2010
1,50%	15 jun 2008	2,164 em 31 mar 08	R\$4,70/US\$	15 set 2010
1,50%	15 set 2008	2,277 em 30 jun 08	R\$4,70/US\$	15 set 2010
1,50%	15 dez 2008	2,396 em 30 set 08	R\$4,70/US\$	15 dez 2010
0,75%	15 mar 2009	2,521 em 31 dez 08	R\$4,90/US\$	15 dez 2010
0,75%	15 jun 2009	2,674 em 31 mar 09	R\$4,90/US\$	15 dez 2010
0,75%	15 set 2009	2,835 em 30 jun 09	R\$4,90/US\$	15 dez 2010
0,75%	15 dez 2009	3,007 em 30 set 09	R\$4,90/US\$	15 dez 2010

O percentual do Valor Nominal Unitário especificado na tabela acima será calculado com base no montante do Valor Nominal Unitário na Data de Emissão.

3.10.2. Para fins da Cláusula 3.10.1 desta Escritura:

- (a) “Fator da Taxa DI Acumulada” significa, para qualquer dia de cálculo, a taxa de juros efetiva do período de 01 de janeiro de 2004 até o dia do cálculo. O Fator da Taxa DI Acumulada será calculado de acordo com a fórmula abaixo:



[Handwritten signature]

$$TaxaDI_{Acumulada} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} TDI_k$$

Onde,

n_{DI} = número total de dias, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Fator da Taxa DI do dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com o seguinte arredondamento:

$$\text{sendo } k = 1, 2, \dots, n$$

$$TDI_k = \left(\frac{TaxaDI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}}$$

O Fator da Taxa DI deverá ser utilizado com o número idêntico de casas decimais divulgado pelo agente responsável por seu cálculo.

(b) "Taxa de Câmbio", para qualquer dia, significa aquela divulgada pelo Banco Central do Brasil no Sistema SISBACEN (ou sistema que o substitua) como taxa de câmbio do dólar norte-americano PTAX 800, Opção 5 (taxa de venda), moeda 220, no dia útil imediatamente anterior.

3.11. Amortização Antecipada Opcional ou Resgate Total

3.11.1. É facultado à Emissora (i) antecipar, observados os termos e condições do Acordo entre Credores, na mesma proporção para todas as Debêntures, a amortização parcial do Valor Nominal Unitário, e (ii) realizar o resgate total das Debêntures, o que não implicará, em ambos os casos, o pagamento de qualquer penalidade ou ágio pela Emissora. Tais pagamentos deverão ser acompanhados dos Juros Remuneratórios à época devidos, calculados *pro rata temporis*. O valor de qualquer amortização antecipada opcional parcial será aplicado contra as parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário sempre considerando a ordem inversa das Datas Originais de Pagamento ou Datas de Pagamento Alternativas, iniciando-se pela última Data de Pagamento Alternativa prevista na tabela da Cláusula 3.10.1 (B), se aplicável, ou pela última Data Original de Pagamento prevista na Cláusula 3.10.1 (B), e encerrando-se na primeira Data de Pagamento prevista na tabela constante da Cláusula 3.10.1 (A).



3.12 Amortização Obrigatória Não Programada

3.12.1. A Emissora obriga-se, observados os termos e condições do Acordo entre Credores, a antecipar, parcialmente, na mesma proporção para todas as Debêntures a amortização do Valor Nominal Unitário, o que não implicará o pagamento de qualquer penalidade ou ágio pela Emissora, nos eventos descritos nos itens (I) a (V) abaixo. Tais amortizações deverão ser acompanhadas do pagamento dos Juros Remuneratórios à época devidos, calculados *pro rata temporis*. O valor de qualquer amortização obrigatória não programada será aplicado contra as parcelas de amortização do Valor Nominal Unitário sempre considerando a ordem inversa das Datas Originais de Pagamento ou Datas de Pagamento Alternativas, iniciando-se pela última Data de pagamento Alternativa prevista na tabela da Cláusula 3.10.1 (B), se aplicável, ou pela última Data Original de pagamento prevista na Cláusula 3.10.1 (B), e encerrando-se na primeira Data de Pagamento prevista na tabela constante da Cláusula 3.10.1 (A).

(I) Excesso de Caixa Livre (“Excess Cash Flow”)

Em 15 de junho de 2006 e em cada 15 de junho dos anos subsequentes, a Emissora deverá amortizar as Debêntures no montante principal igual ao produto (i) do Percentual de Pré-Pagamento (PPP) multiplicado pelo (ii) montante relativo ao Pré-Pagamento Realizado com Excesso de Caixa Livre do exercício social anterior (PPRECL), se houver, obedecendo à seguinte fórmula:

$$PPP \times PPRECL$$

(II) Pré-pagamento de Dívidas Seniores Garantidas

No prazo de até 5 (cinco) dias úteis anteriores ao pré-pagamento voluntário, resgate voluntário, recompra ou compra voluntária de qualquer participação na Dívida Sênior Garantida, quando aplicável, ou outro Endividamento da Emissora existente na Data de Integralização, a Emissora notificará o Agente Fiduciário em relação ao pré-pagamento das Debêntures no montante principal igual ao produto de (i) Percentual de Pré-Pagamento Voluntário (PPPV) multiplicado pelo (ii) montante principal de tal pré-pagamento, resgate, recompra ou compra voluntária (montante principal do pp), obedecendo à seguinte fórmula:

$$PPPV \times \text{montante principal do pp}$$

(III) Novos Endividamentos

No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que Emissora incorrer em novos Endividamentos (que não sejam Endividamentos Permitidos, exceto no caso de Endividamento para Refinanciamento incorrido pela primeira vez pela Emissora em relação a Dívidas Seniores Garantidas), a Emissora notificará o Agente Fiduciário no que se refere ao pré-pagamento das Debêntures em montante principal igual ao produto de (i) 80% (oitenta por cento) multiplicado pelo (ii) produto de (a) Percentual de Pré-Pagamento (PPP) multiplicado pelos (b) Recursos Líquidos decorrentes do Endividamento incorrido ou emitido pela Emissora e suas Controladas Restritas (RL), obedecendo à seguinte fórmula:



$$80\% \times (PPP \times RL)$$

(IV) Emissão de Ações

(a) No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento efetivo pela Emissora dos recursos provenientes da integralização ou venda da totalidade das ações emitidas pela Emissora com a finalidade de implementar a Reestruturação ("Emissão de Ações da Reestruturação"), e caso o preço médio destas ações seja superior a R\$ 0,35 (trinta e cinco centavos) por ação, a Emissora notificará o Agente Fiduciário no que se refere ao pré-pagamento das Debêntures em valor principal equivalente ao produto de (i) o Percentual de Pré-Pagamento (PPP) multiplicado pelos (ii) Recursos em Excesso da Emissão de Ações da Reestruturação (REEAR), obedecendo à seguinte fórmula:

$$PPP \times REEAR$$

Os recursos decorrentes da Emissão de Ações da Reestruturação que não devam e, portanto, não tenham sido utilizados para o pagamento previsto no item (a) anterior, poderão ser utilizados pela Emissora para, incluindo, mas não se limitando, o pagamento da Cédula de Crédito Bancário Itaú BBA.

(b) No prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da emissão de qualquer Participação Societária pela Emissora (excetuando-se a Emissão de Ações da Reestruturação), a Emissora notificará o Agente Fiduciário com relação ao pré-pagamento das Debêntures em montante principal igual ao produto de (i) 70% (setenta por cento) multiplicado pelo (ii) Percentual de Pré-Pagamento aplicável aos Recursos Líquidos decorrentes da emissão de Participação Societária da Emissora (excetuando-se a Emissão de Ações da Reestruturação) (PPP), obedecendo à seguinte fórmula:

$$70\% \times PPP$$

Caso, na data imediatamente anterior à data de emissão de Participação Societária, o caixa e os Ativos de Alta Liquidez da Emissora e de suas Controladas Restritas forem inferiores ao Saldo de Caixa Mínimo, os Recursos Líquidos oriundos de tal emissão de Participação Societária serão considerados como tendo sido reduzidos em valor equivalente à diferença entre (i) o Saldo de Caixa Mínimo (SCM) e (ii) o caixa e os Ativos de Alta Liquidez da Emissora e de suas Controladas Restritas, em tal data (AAL), obedecendo à seguinte fórmula:

$$SCM - AAL$$

(V) Venda de Ativos

A Emissora não realizará nem permitirá que suas Controladas Restritas realizem Vendas de Ativos, salvo se:

(i) a Emissora ou uma Controlada Restrita, conforme o caso, receba pagamento, que na data da Venda de Ativo, seja, no mínimo, equivalente ao Valor Justo de Mercado dos referidos ativos, ou da Participação Societária emitida ou vendida, alienada, cedida ou de qualquer outra forma transferida; e



(ii) pelo menos 80% (oitenta por cento) do pagamento recebido pela Emissora ou qualquer de suas Controladas Restritas for em moeda corrente. Para fins desta Cláusula, cada um dos itens abaixo será considerado como pagamento em moeda corrente:

(a) Ativos de Alta Liquidez, e

(b) títulos e valores mobiliários recebidos pela Emissora ou qualquer de suas Controladas Restritas que sejam convertidos pela Emissora ou qualquer de suas Controladas Restritas em dinheiro imediatamente ou em não mais do que 30 (trinta) dias.

No prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da ocorrência de qualquer Venda de Ativos, a Emissora notificará o Agente Fiduciário com relação ao pré-pagamento das Debêntures em montante principal igual ao produto de: (i) o Percentual de Pré-Pagamento (PPP) multiplicado pelo (ii) menor entre (a) 80% (oitenta por cento) dos Recursos Líquidos da Venda de Ativos (RLVA) e (b) maior entre (I) 50% (cinquenta por cento) dos Recursos Líquidos da Venda de Ativos e (II) referidos Recursos Líquidos da Venda de Ativos menos qualquer porção/parcela que deva ser aplicada em Investimentos Operacionais (PIA), obedecendo à seguinte fórmula:

$$\text{PPP} \times \text{Menor} [80\% \times \text{RLVA}, \text{Maior} (50\% \times \text{RLVA}, \text{RLVA} - \text{PIA})]$$

onde o operador Maior (A,B) apresenta como resultado:

- (i) A, caso A seja maior do que B; ou
- (ii) B, caso B seja maior do que A.

e onde o operador Menor (A,B) apresenta como resultado:

- (i) A, caso A seja menor do que B; ou
- (ii) B, caso B seja menor do que A.

Para fins desta Cláusula e da Cláusula 5.10, poderão ser utilizados no máximo 50% (cinquenta por cento) dos Recursos Líquidos da respectiva Venda de Ativos em Investimentos Operacionais.

3.13. Notificação de Pré-pagamento

Qualquer notificação a ser enviada pela Emissora ao Agente Fiduciário e ao Banco Mandatário no que se refere a pré-pagamentos a serem realizados de acordo com a Cláusulas 3.11 e 3.12 desta Escritura deverá especificar a data de realização do respectivo pré-pagamento. Não obstante, a data de pré-pagamento não poderá ser inferior a 5 (cinco) dias úteis nem superior a 30 (trinta) dias úteis a contar da data de entrega da correspondente notificação para o Agente Fiduciário, exceto na hipótese prevista na Cláusula 3.12.1 IV (a), em que a Emissora poderá realizar o pré-pagamento independentemente de qualquer notificação.



3.14. Aquisição Facultativa e Resgate Parcial

A Emissora não poderá realizar aquisição facultativa ou resgate parcial das Debêntures.

3.15. Aquisição Obrigatória por Alteração do Controle

3.15.1. Na hipótese de alteração do Controle da Emissora, conforme definido nesta Escritura ou nos Instrumentos de Dívida, a Emissora obriga-se a adquirir parte ou a totalidade (a critério do respectivo Debenturista) das Debêntures em circulação dos Debenturistas que, individualmente, manifestarem seu interesse em vender parte ou a totalidade das Debêntures de que sejam titulares, pelo preço igual ao seu Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios aplicáveis até a data do pagamento, calculados *pro rata temporis*.

3.15.1.1. Para fins da Cláusula 3.15.1. desta Escritura, não será considerado um evento de alteração de Controle a transferência do Controle da Emissora para: (i) a Globo Comunicações e Participações S.A. e/ou suas Afiliadas; ou (ii) a Telefônos de México, S.A. de C.V. e/ou suas Afiliadas.

3.15.2. Para fins do acima exposto, a Emissora notificará o Agente Fiduciário da ocorrência de uma alteração de Controle, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data da referida alteração de Controle, e o Agente Fiduciário, por sua vez, notificará os Debenturistas imediatamente de tal fato.

3.15.3. Os Debenturistas que desejarem alienar suas Debêntures deverão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação do Agente Fiduciário, manifestar perante o Agente Fiduciário seu interesse de venda das Debêntures de que são titulares.

3.15.4. A Emissora deverá adquirir as Debêntures em até 30 (trinta) dias corridos da data do recebimento de notificação do Agente Fiduciário informando os titulares de Debêntures que se manifestaram quanto à aquisição pela Emissora de suas Debêntures, e as respectivas quantidades de Debêntures por cada titular.

3.15.5. As Debêntures adquiridas pela Emissora deverão ser canceladas na primeira RCA da Emissora realizada após a referida aquisição.

3.15.6. A Emissora não estará obrigada a proceder à oferta de aquisição de Debêntures mencionada na Cláusula 3.15.1 caso um terceiro realize oferta equivalente de acordo com os termos e condições descritas nas Cláusulas 3.15.1. a 3.15.4 acima.

3.16. Local de Pagamento

3.16.1. Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento, utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures registradas no SND, e os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no Bovespa Fix ou ainda por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CBLIC ou na CETIP.



3.16.2. O Debenturista que tiver imunidade ou isenção tributária deverá encaminhar à CBLIC, à CETIP ou à Instituição Depositária, conforme o caso, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para qualquer pagamento relativo às Debêntures, documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária.

3.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriados bancários na cidade de São Paulo.

3.18. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

3.19. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.18 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios durante o período relativo ao atraso no recebimento, ficando assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

3.20. Instituição Depositária e Banco Mandatário

O Banco Bradesco S.A. será a instituição depositária, prestadora de serviços de escrituração das Debêntures ("Instituição Depositária"), e de banco mandatário ("Banco Mandatário").

CLÁUSULA IV – DA GARANTIA FIDEJUSSÓRIA E DA GARANTIA REAL

4.1 Garantia Fidejussória

4.1.1. As Garantidoras, mediante a celebração da presente Escritura obrigam-se, solidariamente, perante os Debenturistas, na qualidade de fiadoras e principais pagadoras de todos os valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, sendo esta fiança prestada em caráter irrevogável e irretratável para todos os efeitos legais, até o integral cumprimento, pela Emissora, das obrigações pecuniárias descritas na Escritura. As Garantidoras renunciam, desde já, aos benefícios de ordem, direitos e



faculdades de desoneração previstos nos artigos 366, 368, 821, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil Brasileiro.

4.1.2. Cabe ao Agente Fiduciário, conforme função que lhe é atribuída por esta Escritura de Emissão e pela Lei das Sociedades por Ações, requerer a execução da Fiança prevista na Cláusula 4.1.1 acima, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de toda e qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, observado o disposto na Cláusula VI, respeitadas as previsões do Acordo entre Credores para a excussão das garantias reais.

4.2 Garantias Reais

4.2.1. Para fins de garantir o cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas e outros credores da Emissora e de suas Controladas Restritas, as Garantidoras, nos termos dos Contratos de Penhor de Créditos e Direitos Creditórios com Cláusula de Excussão ("Contratos de Penhor de Direitos Creditórios"), do Contrato de Penhor de Ações com Cláusula de Venda Amigável e Outras Avenças e do Contrato de Penhor de Quotas com Cláusula de Venda Amigável e outras Avenças ("Contratos de Penhor de Ações e Quotas") e do Contrato de Penhor Mercantil de Ativos com Cláusula de Venda Amigável e outras Avenças ("Contrato de Penhor Mercantil"), consubstanciados no Anexo III à presente Escritura (em conjunto os "Contratos de Penhor"), outorgam aos Debenturistas e aos demais credores de Dívidas Seniores Garantidas as seguintes garantias reais: (i) penhor sobre as ações e quotas de emissão das controladas da Emissora; (ii) penhor sobre os ativos que compõem a rede de transmissão das controladas da Emissora; (iii) penhor sobre 100% (cem por cento) dos direitos creditórios dos assinantes da Emissora localizados nas cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro nos termos dos Contratos de Penhor.

4.2.2. Os termos e condições referentes à constituição, ao registro, à manutenção e à excussão das garantias mencionadas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 4.2.1 acima constam dos Contratos de Penhor e do Acordo entre Credores.

4.2.3 Para os fins do Artigo 1.424 do Código Civil, fica expressamente convencionado que as principais condições e características das obrigações garantidas pelas garantias descritas nesta Cláusula 4.2, assim como o valor principal total estimado de tais obrigações, a data de vencimento final e a taxa de juros máxima prevista para tais obrigações, em cada caso são aquelas estabelecidas nos Contratos de Penhor anexos à Escritura, na forma do Anexo III.

4.2.4. Qualquer medida que vise, direta ou indiretamente, à excussão das garantias elencadas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula 4.2.1 somente poderá ser implementada observando-se os termos dos Contratos de Penhor, bem como do Acordo entre Credores, obrigando-se os Debenturistas, irrevogável e irretratavelmente, a não tomarem quaisquer medidas, bem como a não instruírem o Agente Fiduciário a tomar, qualquer medida para a excussão das garantias acima mencionadas em violação aos termos dos Contratos de Penhor e do Acordo entre Credores.

4.2.5. A busca da satisfação judicial dos créditos devidos em decorrência desta Escritura por meio da excussão das garantias elencadas nas alíneas (i) a (iii) da Cláusula



4.2.1 acima, em violação aos termos dos Contratos de Penhor e do Acordo entre Credores, resultará, nos termos dos referidos Contratos de Penhor, na obrigação de tal credor em desfazer os atos que tenham sido praticados em desacordo com tais documentos ou na exclusão do Debenturista dos respectivos Contratos de Penhor com a conseqüente perda do direito às referidas garantias.

4.2.6. A Emissora obriga-se, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Penhor a tomar as seguintes providências dentro do prazo estabelecido nos Contratos de Penhor:

- (i) registrar os Contratos de Penhor de Direitos Creditórios nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos nas Cidades de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro;
- (ii) registrar o Contrato de Penhor Mercantil nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis dos locais (i) da sede social da Emissora e de cada uma de suas controladas e (ii) da circunscrição onde estiverem situados os ativos empenhados;
- (iii) registrar os Contratos de Penhor de Ações e Quotas nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos dos locais da sede social da Emissora e de cada uma de suas controladas; e
- (iv) averbar os Contratos de Penhor de Ações e Quotas nos livros de registro de ações nominativas, nos livros da instituição financeira responsável pela custódia das ações escriturais ou nos contratos sociais da Emissora e de suas controladas, conforme o caso.

4.2.7. O Agente Fiduciário desde já concorda e aceita de forma irrevogável e irretratável que as garantias reais outorgadas nos Contratos de Penhor estarão sujeitas a todos os termos e condições estabelecidos nos Contratos de Penhor e no Acordo entre Credores, anexos à presente Escritura.

4.2.8. O Agente Fiduciário toma ciência e se obriga a observar as disposições do Acordo entre Credores e dos Contratos de Penhor.

CLÁUSULA V - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E/OU DAS GARANTIDORAS

Enquanto existirem Debêntures em circulação, a Emissora cumprirá e assegurará que cada Controlada Restrita cumpra as obrigações previstas nesta Escritura.

5.1. Adimplemento das Obrigações desta Escritura

A Emissora obriga-se a pagar pontualmente o Valor Nominal Unitário e os Juros Remuneratórios das Debêntures, bem como qualquer montante adicional que venha a ser devido com relação às Debêntures, de acordo com os termos desta Escritura.

5.2. Manutenção da Emissora e das Controladas Restritas



A Emissora obriga-se a manter e a assegurar que suas Controladas Restritas mantenham: (i) suas sociedades validamente existentes com todos os registros necessários; e (ii) os direitos, as licenças, as concessões, os privilégios, os títulos de propriedade e franquias necessárias para a condução normal de seus respectivos negócios, salvo se a falha na manutenção de tais licenças ou concessões não cause um impacto negativo na Emissora e em suas controladas, consideradas de forma consolidada, ou um impacto negativo nos direitos dos titulares de Debêntures. Essa limitação não deverá vedar (a) a venda, alienação, transferência ou qualquer outra forma de disposição das Controladas Restritas ou de qualquer de seus ativos, de acordo com os termos desta Escritura, (b) a liquidação, dissolução ou cisão das Controladas Restritas listadas no Anexo V (desde que, na hipótese de cisão, a sociedade cindida e a parcela cindida permaneçam detidas pela Emissora ou Controladas Restritas), ou (c) a incorporação ou fusão realizada entre Controladas Restritas.

A Emissora obriga-se a manter, e a assegurar que suas Controladas Restritas obtenham e mantenham, todas as autorizações e licenças necessárias para o cumprimento de todas as obrigações previstas nesta Escritura e nos Contratos de Penhor.

5.3. Manutenção de Ativos

A Emissora obriga-se a manter, e a assegurar que suas Controladas Restritas mantenham os seus ativos necessários à condução de seus negócios em boas condições de uso, excetuando-se casos de depreciação e desgaste natural dos referidos ativos, salvo se a falha na manutenção das boas condições de uso não causar impacto negativo na Emissora e em suas controladas, consideradas de forma consolidada, ou um impacto negativo nos direitos dos Debenturistas.

5.4. Cumprimento de Contratos Relevantes

A Emissora cumprirá e fará com que suas Controladas Restritas cumpram todas as obrigações de cada Contrato Relevante do qual sejam partes, salvo nas hipóteses em que eventual descumprimento não ocasione um efeito adverso para a Emissora e suas Controladas Restritas consideradas de forma consolidada, nem ocasionem um efeito adverso nos direitos e recursos atinentes aos Debenturistas.

5.5 Restrição a Novos Gravames

É vedado à Emissora criar, incorrer ou assumir qualquer Gravame (que não os Gravames Permitidos) sobre qualquer de seus bens e ativos, ou qualquer recurso decorrente desses bens e ativos, para garantir qualquer Endividamento, sem que o referido gravame destine-se a garantir as Debêntures na mesma proporção, prévia ou concomitantemente, ao referido Endividamento, obrigando-se a Emissora a assegurar que suas Controladas Restritas respeitem a vedação aqui contida.



5.6 Restrição a Novos Endividamentos

5.6.1. É vedado à Emissora Contrair, direta ou indiretamente, um novo Endividamento, obrigando-se a Emissora a assegurar que suas Controladas Restritas respeitem a vedação aqui contida. Todavia, a Emissora e suas Controladas Restritas poderão Contrair novo Endividamento caso, na data de incorrência do referido Endividamento:

(a) O “Índice de Cobertura Financeira”, seja superior ao índice abaixo indicado para a respectiva data:

Período	Índice
31 de outubro 2004 – 31 de dezembro 2004	1,10
1 de janeiro de 2005 – 31 de dezembro de 2005	1,25
1 de janeiro de 2006 – 31 de dezembro de 2006	1,35
1 de janeiro de 2007 – 31 de dezembro de 2007	1,90
1 de janeiro de 2008 – 31 de dezembro de 2008	2,70
A partir de 1 de janeiro de 2009	4,80

e

(b) o “Índice de Alavancagem Financeira”, seja inferior ao índice abaixo indicado para a respectiva data:

Período	Índice
31 de outubro de 2004 – 31 de dezembro de 2004	3,2
1 de janeiro de 2005 – 31 de dezembro de 2005	3,0
1 de janeiro de 2006 – 31 de dezembro de 2006	2,5
1 de janeiro de 2007 – 31 de dezembro de 2007	2,0
A partir de 1 de janeiro de 2008	1,5

5.6.2. Não obstante o disposto acima, a Emissora e suas Controladas Restritas poderão incorrer a qualquer momento nos seguintes Endividamentos e realizar seus respectivos pagamentos (coletivamente definidos como “Endividamentos Permitidos”):

(i) (i.a) Dívidas Seniores Garantidas, (i.b) qualquer Endividamento existente na Data de Integralização; (i.c) qualquer Endividamento para Refinanciamento de qualquer das obrigações descritas nos subitens (i.a) e (i.b); e (i.d) a Cédula de Crédito Bancário Itaú BBA.



3
25
J

(ii) Endividamento da Emissora com qualquer uma de suas Controladas Restritas, assim como de qualquer das Controladas Restritas com a Emissora ou com qualquer outra das Controladas Restritas;

(iii) Endividamento decorrente de qualquer Gravame criado ou cuja existência seja permitida de acordo com o disposto na Cláusula 5.5 acima;

(iv) Endividamento relativo a (a) cartas de crédito ou outros instrumentos e obrigações similares emitidos com relação a operações no curso normal de seus negócios; (b) fianças, seguro-garantia e outros instrumentos similares Incorridos no curso normal de seus negócios ou (c) operações de Hedge realizadas no curso normal de seus negócios que não tenham propósitos especulativos;

(v) Obrigações de Compra, arrendamento mercantil capitalizado e qualquer Endividamento para Refinanciamento a eles relacionados, cujo montante principal total agregado devido não seja, a qualquer tempo, superior ao Valor Justo de Mercado na data de aquisição dos bens ou ativos adquiridos em conexão com os referidos contratos e cujo montante global principal em aberto não exceda, a qualquer tempo, R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) reajustados pela Variação do IGP-M em 1º de janeiro de cada exercício social posterior à 1º de janeiro de 2004;

(vi) Endividamento decorrente de cheques, letras de câmbio ou outros instrumentos similares emitidos ou sacados sem a correspondente provisão de fundos, desde que este Endividamento seja extinto em 5 (cinco) dias úteis a contar da sua ocorrência;

(vii) Endividamento de qualquer Controlada Restrita existente na data em que esta Controlada Restrita tenha sido adquirida pela Emissora, ou Endividamento de outra Sociedade assumido pela Controlada Restrita em decorrência de eventual aquisição de ativos de titularidade de tal sociedade por parte da Controlada Restrita (em qualquer caso outro que não Endividamento Incorrido para tal aquisição), assim como qualquer Endividamento para Refinanciamento relacionado a tais operações, desde que a Emissora esteja capacitada a incorrer no mínimo ao montante em reais equivalente a US\$1,00 (um dólar norte-americano) de Endividamento adicional conforme disposto nesta Cláusula 5.6, após a efetivação de tal aquisição;

(viii) Endividamento cujo montante agregado principal não seja superior, a qualquer tempo, a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) reajustados pela Variação do IGP-M em 1º de janeiro de cada exercício social posterior a 1º de janeiro de 2004; e

(ix) garantias das Debêntures e garantias aos Endividamentos que não sejam vedadas pela Escritura.

5.6.3. Para os fins de cumprimento desta Cláusula, bem como determinação de valor principal em aberto de qualquer Endividamento contraído em conformidade com esta Cláusula 5.6:

(a) qualquer obrigação do devedor principal no âmbito do Endividamento (ou de qualquer terceiro que poderia ter Incorrido em tal Endividamento nos termos desta Cláusula 5.6), decorrente de qualquer garantia, gravame, ou carta de fiança que garanta



este Endividamento será desconsiderada na medida que tal garantia, gravame ou carta de fiança garanta o valor principal do referido Endividamento;

(b). caso o Endividamento satisfaça o critério de mais de um tipo de Endividamento Permitido, a Emissora, a seu exclusivo critério, poderá classificar tal tipo de Endividamento e somente será exigida a incluir o valor e o tipo de endividamento em uma das classificações de Endividamento Permitido;

(c). o valor do Endividamento emitido com deságio será equivalente ao valor contabilizado de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.

5.7. Restrição a Realização de Certos Pagamentos

5.7.1. A Emissora não declarará ou pagará, nem permitirá que suas Controladas Restritas, direta ou indiretamente, venham a declarar ou pagar dividendos ou juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação em lucros para quem detenha Participação Societária na Emissora ou em qualquer Controlada Restrita (incluindo, mas não se limitando, a qualquer pagamento com relação a operações de fusões, aquisições ou incorporações envolvendo a Emissora e/ou suas Controladas Restritas), até a amortização final das Debêntures, ressaltados dividendos e outros pagamentos que sejam realizados com Participações Societárias na Emissora e/ou em suas Controladas Restritas as quais não contenham obrigação de recompra ou resgate pela Emissora.

5.7.2. É vedado à Emissora realizar qualquer operação de aquisição, amortização, resgate ou recompra (incluindo, mas não se limitando, com relação a operações de fusões, aquisições ou incorporações envolvendo a Emissora) de Participações Societárias, conforme o caso, (com exceção daquelas relacionadas às Participações Societárias detidas pela Emissora ou por suas Controladas Restritas), obrigando-se a Emissora a assegurar que suas Controladas Restritas respeitem a vedação aqui contida (todos os pagamentos e providências estabelecidos nas Cláusulas 5.7.1 a 5.7.2 serão denominados, em conjunto, "Pagamentos Restritos").

5.7.3. É vedado à Emissora realizar qualquer Investimento que não seja um Investimento Permitido, obrigando-se a Emissora a assegurar que suas Controladas Restritas respeitem a vedação aqui contida.

5.7.4. Não obstante as proibições elencadas nas Cláusulas 5.7.1 a 5.7.3 acima, a Emissora e suas Controladas Restritas poderão, desde já, realizar, sem qualquer forma de restrição ou limitação, os seguintes pagamentos e providências (cada um deles denominado um "Pagamento Permitido"):

(a) qualquer pagamento, distribuição, amortização, resgate, aquisição ou recompra (i) que constitua juros sobre o capital próprio que sejam imediata e integralmente capitalizados; (ii) que seja exigido por lei ou por disposição estatutária, em vigor na Data da Integralização, da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Restritas;

(b) o pagamento de qualquer dividendo, distribuição ou qualquer outra forma de pagamento realizado por uma Controlada Restrita para a Emissora ou para os detentores de Participações Societárias, desde que os detentores de Participações Societárias sejam controlados pela Emissora e o pagamento seja realizado de forma *pro rata*;



(c) qualquer pagamento, distribuição, amortização, resgate, aquisição ou recompra de Participação Societária pela Emissora ou por qualquer sociedade sob seu controle direto ou indireto para os Administradores Investidores, desde que o valor agregado pago no âmbito de tal pagamento, distribuição, amortização, resgate, aquisição ou recompra de Participação Societária não exceda R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) em qualquer período de 12 (doze) meses; e

(d) a recompra, o resgate ou qualquer outra forma de aquisição de qualquer Participação Societária de emissão da CMA Participações S.A. até o montante de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), que seja detida por Sociedades outras que não a Emissora e suas controladas.

5.8. Restrição a Modificação da Política de Pagamento de Dividendos

É vedado à Emissora votar a favor de quaisquer mudanças nas políticas relativas aos dividendos das Controladas Irrestritas que possam aumentar as suas respectivas distribuições de dividendos, obrigando-se a Emissora a assegurar que suas Controladas Restritas respeitem a vedação aqui contida.

5.9. Restrição a Operações com Afiliadas

5.9.1. É vedado à Emissora celebrar ou implementar qualquer transação ou contrato com quaisquer Afiliadas, a menos que essa operação com Afiliadas ("Operação com Afiliada") seja realizada em condições de mercado e atenda aos interesses da Emissora e de suas Controladas Restritas, obrigando-se a Emissora a assegurar que suas Controladas Restritas respeitem a vedação aqui contida.

5.9.1.1. Esta disposição não será aplicável a:

(a) qualquer Pagamento Restrito ou Pagamento Permitido autorizado nos termos da Cláusula 5.7 acima, qualquer Investimento Permitido, ou qualquer outro negócio especificamente excluído da definição do termo Pagamento Restrito;

(b) celebração, manutenção e cumprimento de qualquer contrato de trabalho, acordo coletivo de trabalho, plano de benefício, programa ou qualquer outro acordo similar celebrado no curso normal de seus negócios, incluindo férias, seguros, plano de saúde e aposentadoria;

(c) pagamento, no curso normal de seus negócios de remuneração, prêmio, bônus ou indenização ou qualquer emissão ou concessão de ações, opções ou outros valores mobiliários aos empregados, diretores ou conselheiros;

(d) qualquer operação entre a Emissora e uma Controlada Restrita ou entre Controladas Restritas; e

(e) qualquer operação decorrente dos acordos existentes na Data de Integralização.

5.10 Restrição a Investimentos Operacionais



5.10.1 Exceto se de outra forma permitido nesta Escritura, é vedado à Emissora, que se obriga a assegurar que suas Controladas Restritas respeitem a vedação aqui contida, realizar qualquer Investimento Operacional (exceto qualquer Investimento Operacional que constitua um Investimento Permitido ou seja realizado com os recursos provenientes da Venda de Ativos observado o disposto na Cláusula 3.12.1. (V)):

(i) que exceda:

(a) para o exercício social a encerrar-se em 31 de dezembro de 2004, o montante em reais equivalente a US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), e

(b) no caso de qualquer ano posterior a 2004, a quantia resultante da atualização, do valor em reais equivalente ao montante de US\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), corrigido pelo índice de preços ao consumidor norte-americano a partir de 31 de dezembro de 2003 até o último dia do exercício social imediatamente anterior ao Investimento Operacional;

(ii) que, durante qualquer trimestre social, supere 50% (cinquenta por cento) do limite máximo aplicável ao respectivo exercício social que compreenda tal trimestre;

ressalvado, no entanto, no que se refere aos itens (i) e (ii) acima, caso em qualquer exercício social o montante de Investimentos Operacionais permitidos por esta Cláusula exceda o montante de Investimentos Operacionais efetivamente realizados pela Emissora e por suas Controladas Restritas (o montante desse excesso designado "Montante em Excesso"), a Emissora e suas Controladas Restritas farão jus a Investimentos Operacionais adicionais no exercício social imediatamente subsequente em um montante igual ao permitido de acordo com o subitem (i) desta Cláusula, mais o menor entre (x) o Montante em Excesso e (y) 20% (vinte por cento) do montante de Investimentos Operacionais que seriam permitidos com relação ao exercício social anterior.

5.10.2. A limitação a Investimentos Operacionais prevista acima cessará imediatamente no momento em que o Índice de Alavancagem Financeira, apurado ao final de 4 (quatro) trimestres sociais consecutivos da Emissora, anteriores à data de tal Investimento Operacional, for igual ou inferior a 1,00 para 1,00. Para fins de cálculo de Investimentos Operacionais realizados em qualquer exercício social, qualquer valor de Investimento Operacional proveniente de exercício social anterior cuja utilização seja permitida será considerado como utilizado em primeiro lugar em tal exercício social.

5.10.3. Para os fins da apuração do valor do Investimento Operacional, o montante em outras moedas equivalente ao valor em dólar norte-americano definido na Cláusula 5.10.1 (i.a), será calculado com base na média da Taxa de Câmbio (conforme definida na Cláusula 3.10.2 (b) acima) para o mês no qual o Investimento Operacional tenha sido realizado ou contratado.



5.11. Restrição a Designação de Controladas Restritas e Irrestritas

5.11.1. Na Data de Integralização, todas as controladas da Emissora serão Controladas Restritas, exceto a Televisão Cabo Criciúma Ltda. e TV Cabo e Comunicações de Jundiaí S.A. A Emissora não deverá designar qualquer controlada como Irrestrita. Todavia, qualquer Sociedade que não seja uma controlada da Emissora na Data de Integralização, poderá ser designada como Controlada Irrestrita por Deliberação de RCA à época de sua aquisição ou criação, desde que:

(a) à época de referida designação, tal controlada não seja titular, direta ou indiretamente, de (i) qualquer ação ou quota representativa do capital social, participações, direitos de sócio, partes beneficiárias ou quaisquer outros títulos que confirmam participação nos lucros ou Endividamento de qualquer Controlada Restrita que não esteja sendo simultaneamente designada como Controlada Irrestrita ou (ii) qualquer ação ou quota representativa do capital social ou Endividamento da Emissora;

(b) o Investimento em tal controlada seja permitido à época de sua designação nos termos da Cláusula 5.7 acima;

(c) tal controlada não detenha qualquer licença, permissão ou autorização aplicável na exploração de qualquer Negócio Permitido na Data de Integralização;

(d) considerando-se que todas as transações ou acordos entre cada controlada e a Emissora ou qualquer Controlada Restrita foram celebrados à época da designação, tais transações e acordos seriam permitidos de acordo com as disposições da Cláusula 5.9; e

(e) imediatamente após dar efeito a tal designação, não deverá haver em curso qualquer evento que seja um Evento de Vencimento Antecipado ou que, mediante notificação ou com o passar do tempo, se tornará um Evento de Vencimento Antecipado.

5.11.2. O Conselho de Administração pode redesignar qualquer Controlada Irrestrita como Controlada Restrita se, imediatamente após a efetivação de tal redesignação, (a) não houver Evento de Vencimento Antecipado; e (b) a Emissora puder incorrer em Endividamento adicional, em montante em reais equivalente a US\$ 1,00 (um dólar norte-americano), de acordo com o disposto na Cláusula 5.6.

5.11.3. A Emissora obriga-se a fazer com que toda e qualquer Controlada Restrita seja uma Garantidora, nos termos e condições desta Escritura e dos Contratos de Penhor, obrigando-se a fazer com que todos os documentos necessários à formalização desta condição de Garantidora sejam devidamente assinados. Fica o Agente Fiduciário autorizado a celebrar aditamento à presente Escritura para este fim.

5.12. Restrição a Fusão, Incorporação e Venda de Ativos

5.12.1. É vedado à Emissora, seja por meio de uma operação isolada ou por meio de uma série de operações, se fundir com qualquer Sociedade, alienar, transferir, arrendar ou de qualquer outra forma dispor de todos ou de parte substancial de seus ativos para



qualquer Sociedade ou Sociedades; obrigando-se a Emissora a garantir que suas Controladas Restritas não sejam parte em qualquer operação ou série de operações que venha(m), de forma agregada, a resultar na venda, transferência, arrendamento ou disposição de todos ou de parte substancial dos ativos da Emissora e de suas Controladas Restritas, consideradas de forma consolidada, a qualquer Sociedade ou Sociedades (exceto as Controladas Restritas listadas no Anexo V, que deverão observar o disposto na Cláusula 5.2), exceto se:

(a) a Emissora ou uma eventual Controlada Restrita, conforme o caso, seja a entidade subsistente após a operação, ou Sociedade oriunda da fusão, ou com a qual a Emissora ou uma eventual Controlada Restrita tenha se fundido, ou que tenha adquirido ou arrendado os ativos de titularidade da Emissora ou eventual Controlada Restrita (em qualquer dos casos, a “Entidade Subsistente”) seja uma companhia organizada e validamente existente sob as leis do Governo Federal do Brasil ou qualquer estado dos Estados Unidos da América, e a Entidade Subsistente expressamente assuma (solidariamente com a Emissora ou eventual Controlada Restrita em questão, a menos que estas sociedades deixem de existir como resultado da fusão ou incorporação), por meio de um aditamento à Escritura, todas as obrigações contraídas pela Emissora ou eventual Controlada Restrita, conforme o caso, em virtude desta Escritura e das Debêntures;

(b) imediatamente após celebrar tal operação, a Emissora, a eventual Controlada Restrita ou a Entidade Subsistente, conforme o caso, esteja capacitada a incorrer em no mínimo o montante equivalente em reais a US\$1,00 (um dólar norte-americano) de Endividamento adicional conforme disposto na Cláusula 5.6;

(c) imediatamente após celebrar tal operação ou série de operações, de maneira *pro forma*, a efetivação da mesma não tenha causado um Evento de Vencimento Antecipado definido na Cláusula 6.1;

(d) cada Garantidora tenha entregue ao Agente Fiduciário um instrumento por escrito ratificando a prestação da Garantia; e

(e) a Emissora, sua Controlada Restrita em questão ou a Entidade Subsistente, conforme o caso, tenha entregue ao Agente Fiduciário um certificado assinado por um Diretor da Emissora, da Controlada Restrita em questão ou da Entidade Subsistente e um parecer jurídico declarando que tal operação, bem como a Escritura, conforme aditada, estão de acordo com a presente Cláusula e que todos os requisitos exigidos pela Escritura relativamente à operação foram satisfeitos, desde que (i) o advogado responsável pelo parecer possa confiar na veracidade do certificado emitido por Diretores da Emissora ou qualquer de suas Controladas Restritas, com relação a matéria de fato, conforme o caso e (ii) nenhum parecer jurídico será exigido para uma fusão, incorporação, alienação, cessão, arrendamento, transferência ou qualquer outro tipo de disposição que esteja previsto na Cláusula 5.12.2.

5.12.2. Não obstante o disposto nos itens (b) e (c) acima, as Controladas Restritas podem participar de operações de fusão, aquisição e incorporação que tenham como contraparte exclusivamente a Emissora e qualquer Controlada Restrita, assim como de operações que tenham por objeto a alienação, cessão, transferência, arrendamento ou outra forma de disposição entre si do todo ou de parte de seus ativos.



5.12.3. No caso de qualquer fusão, incorporação ou operação de reorganização societária envolvendo uma Garantidora, essa Garantidora ou a Sociedade que resultar de tal operação deverá assumir expressamente todas as obrigações assumidas pela Garantidora em decorrência das garantias prestadas nos Contratos de Penhor e da Escritura, por meio de instrumento, devidamente assinado e registrado, a ser imediatamente entregue ao Agente Fiduciário.

5.13. Manutenção de Livros e Registros

5.13.1. A Emissora deverá manter e assegurar que suas Controladas Restritas mantenham livros, contas e registros de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e todas as demais leis brasileiras aplicáveis.

5.14. Capital Acionário das Controladas Restritas

5.14.1. A Emissora deterá, a qualquer tempo, participação não inferior à maioria das ações ou quotas representativas do capital social, participações, direitos de sócio, partes beneficiárias ou quaisquer outros títulos que confirmem participação nos resultados de cada uma de suas Controladas Restritas.

5.15. Negócios da Emissora e Restrições à Transferência de Negócios Existentes

5.15.1. A Emissora não se dedicará predominantemente, nem permitirá que suas Controladas Restritas dediquem-se predominantemente, a quaisquer negócios ou atividades distintas de um Negócio Permitido. Ademais, a Emissora não transferirá nem permitirá que suas Controladas Restritas transfiram, direta ou indiretamente, a qualquer Controlada Irrestrita (i) quaisquer das licenças, permissões ou autorizações utilizadas em um Negócio Permitido na Data de Integralização, ou (ii) qualquer ativo imobilizado (conforme definido nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora) da Emissora ou de suas Controladas Restritas, se utilizados nas áreas de serviço licenciadas da Emissora e de suas Controladas Restritas, conforme existentes na Data de Integralização. Fica, contudo, facultado à Emissora e às suas Controladas Restritas promoverem Venda de Ativos, desde que de acordo com o disposto na Cláusula 3.12.1 (V) acima, bem como empenhar bens e ativos desde que permitido pela Cláusula 5.5 acima.

5.16. Alteração de Atos Constitutivos

5.16.1. A Emissora não realizará nem permitirá que suas Controladas Restritas realizem alterações ou modificações, ou consintam com alterações ou modificações no estatuto social ou outros atos constitutivos da Emissora ou de quaisquer Controladas Restritas, conforme o caso, exceto se referidas alterações ou modificações não ocasionarem efeitos adversos para a Emissora ou para qualquer Controlada Restrita, individualmente ou em conjunto, nem ocasionarem efeitos adversos nos direitos e recursos dos Debenturistas.



5.17. Operações de Natureza Especulativa

5.17.1. A Emissora não celebrará nem permitirá que suas Controladas Restritas celebrem Contratos de Moedas, Contratos de Taxas de Juros ou contratos futuros, salvo na hipótese de tais instrumentos serem celebrados no curso normal dos negócios e sem propósitos especulativos.

CLÁUSULA VI – DO VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1. São eventos de vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de prévio aviso, interpelação ou notificação judicial (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- a) inadimplemento, por mais de 20 (vinte) dias úteis, do pagamento do principal das Debêntures (seja na Data de Vencimento, na data de qualquer evento de Amortização Obrigatória Programada ou Não-Programada, ou na data de qualquer pagamento);
- b) inadimplemento, por mais de 20 (vinte) dias úteis, do pagamento de quaisquer juros das Debêntures;
- c) inadimplemento, pela Emissora ou qualquer Controlada Restrita, de qualquer obrigação nos termos e na data estabelecida nesta Escritura, que não seja sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento, pela Emissora, de notificação do Agente Fiduciário requerendo o cumprimento da respectiva obrigação;
- d) falta de pagamento, pela Emissora ou qualquer Controlada Restrita, após o decurso dos respectivos prazos de carência, ou o vencimento antecipado (ou a ocorrência de qualquer evento que permita o vencimento antecipado, respeitado o decurso eventual prazo de carência) de qualquer Endividamento da Emissora ou de qualquer Controlada Restrita, cujo montante principal agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou o equivalente a tal quantia em outra(s) moeda(s)), ajustado pelo IGP-M desde 1º de janeiro de 2004;
- e) declaração de vencimento antecipado, após o decurso dos respectivos prazos de carência, de qualquer Endividamento da Emissora, inclusive Endividamento relativo aos Instrumentos de Dívida, ou de qualquer Controlada Restrita, cujo montante principal agregado seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) (ou o equivalente a tal quantia em outra(s) moeda(s)), ajustado pelo IGP-M desde 1º de janeiro de 2004;
- f) uma ou mais decisões judiciais contra a Emissora ou suas Controladas Restritas, cujo valor individual ou agregado da condenação seja superior a R\$30.000.000,00 (ou o equivalente a tal quantia em outra(s) moeda(s)), ajustado pelo IGP-M desde 1º de janeiro de 2004, com relação às quais não haja em vigor medida obstando sua execução ou cujo prazo para a tomada de tal medida tenha terminado;
- g) qualquer processo de falência, concordata, intervenção, insolvência ou outro processo semelhante instituído contra a Emissora ou qualquer de suas Controladas Restritas, se não estiver integralmente garantido por um depósito elisivo, conforme o caso;



- h) confisco, desapropriação ou outras medidas de caráter similar que recaiam sobre a totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora e de suas Controladas Restritas, e tal evento não seja remediado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua ocorrência;
- i) inadimplemento, pela Emissora e suas Controladas Restritas, de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Penhor e Acordo entre Credores, que não seja sanada nos prazos especificados nos referidos contratos ou, na sua ausência, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento, pela Emissora, de notificação do Agente Fiduciário requerendo o cumprimento da respectiva obrigação;
- j) ineficácia ou inexecutabilidade, em qualquer ocasião, das garantias outorgadas aos Debenturistas nos termos desta Escritura e dos Contratos de Penhor;
- k) alteração substancial do objeto social da Emissora;
- l) comprovação de falsidade, incorreção ou engano em qualquer aspecto relevante das declarações constantes da Cláusula 10.2 desta Escritura;
- m) inadimplemento de qualquer obrigação constante da Cláusula 5.12 por parte da Emissora e/ou de suas Controladas Restritas;
- n) (i) inadimplemento, após o decurso de qualquer período de carência aplicável, por parte da Emissora ou de qualquer Controlada Restrita, conforme o caso, quanto ao pagamento do principal ou juros, ou qualquer outra quantia devida em decorrência de qualquer Instrumento de Dívida quando tal quantia se tornar devida e exigível (inclusive por força de vencimento programado, pré-pagamento obrigatório ou aceleração do vencimento), ou (ii) ocorrência de qualquer evento ou condição sob qualquer Instrumento de Dívida, que tenha por efeito, após o decurso de qualquer período de carência que lhe seja aplicável, antecipar ou possibilitar que venha a ser antecipado o vencimento do Endividamento decorrente de tal Instrumento de Dívida;
- o) (i) qualquer Documento da Operação torne-se, no todo ou em parte, nulo ou ineficaz, ou o cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora ou por suas Controladas Restritas em tais Documentos se torne ilegal, ou (ii) a Emissora ou qualquer de suas Controladas Restritas conteste(m) a exigibilidade de qualquer Documento da Operação de que seja(m) parte(s); e
- p) não constituição ou manutenção pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas Restritas de seguros para seus ativos, conforme práticas correntes de mercado para o ramo de negócios da Emissora, que não seja sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis (conforme disposto no item (c) acima) contados do recebimento, pela Emissora, de notificação do Agente Fiduciário requerendo o cumprimento de referida obrigação.

6.2. Não obstante o acima disposto, fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento pela Emissora e/ou suas Controladas de suas obrigações decorrentes de empréstimos originais listados no anexo 9 do Acordo entre Credores que não tenham sido convertidos em Dívida Sênior Garantida, bem como a declaração de vencimento antecipado de tais dívidas, não constituirá um Evento de Vencimento Antecipado nos termos da presente Escritura.



6.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens da Cláusula 6.1 acima, excetuando-se os itens (a), (b), (e) e (g), o vencimento antecipado das Debêntures dependerá de prévia realização de Assembleia Geral de Debenturistas, que deverá ser obrigatoriamente convocada pelo Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis após tomar conhecimento do referido evento, para realização no menor prazo possível previsto em lei. Caso o Agente Fiduciário não convoque a Assembleia Geral de Debenturistas dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, a convocação poderá ser realizada na forma da Cláusula 9.1.

6.4. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 6.3 anterior poderá, por deliberação de detentores de 50% (cinquenta por cento) das Debêntures em circulação mais uma, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures. Na hipótese de não ser realizada a Assembleia Geral de Debenturistas por falta do quorum de instalação em segunda convocação, respeitada a Cláusula 9.2.1, ou não sendo obtido o quorum de deliberação acima referido, ficará o Agente Fiduciário obrigado a declarar imediatamente o vencimento antecipado das Debêntures.

6.5. A ocorrência dos eventos descritos nos itens (a), (b), (e) e (g) da Cláusula 6.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, sem prejuízo do direito de o Agente Fiduciário, os Debenturistas ou a Emissora poderem convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas, na forma da Cláusula 9.1, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado por voto de 50% (cinquenta por cento) mais uma das Debêntures em circulação.

CLÁUSULA VII – OUTRAS OBRIGAÇÕES DA EMISSORA

7.1 Fica ainda a Emissora obrigada a:

a) encaminhar ao Agente Fiduciário:

a.1) (i) suas demonstrações financeiras anuais, consolidadas e auditadas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, no prazo de 120 (cento e vinte) dias após o último dia do respectivo exercício social, e (ii) suas demonstrações financeiras trimestrais, consolidadas e não-auditadas, elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, no prazo de 60 (sessenta) dias após o último dia de cada um dos três primeiros trimestres do exercício social;

a.2) simultaneamente à entrega das demonstrações financeiras, certificado da Emissora, atestando o cumprimento de obrigações decorrentes da presente Escritura, pela Emissora e pelas Controladas Restritas. As obrigações de cunho financeiro serão verificadas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil;



a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos previstos;

a.4) imediatamente (mas em qualquer caso no máximo em até 10 (dez) dias úteis a contar da data em que qualquer administrador ou diretor da Emissora ou de qualquer Controlada Restrita tenha conhecimento da ocorrência do evento), uma notificação a respeito da ocorrência de (i) um Evento de Vencimento Antecipado estipulado nesta Escritura; (ii) qualquer ato realizado por um credor de uma Dívida Sênior Garantida para acelerar referido Endividamento devido a este pela Emissora ou uma Controlada Restrita ou (iii) qualquer ação judicial proposta por qualquer credor de Dívida Sênior Garantida visando a executar ou fazer valer referido Endividamento devido pela Emissora ou uma Controlada Restrita;

a.5) imediatamente (mas em qualquer caso no máximo em até 10 (dez) dias úteis a contar do envio da notificação mencionada na alínea (a.4) acima), um relatório elaborado por um diretor da Emissora descrevendo em detalhes o evento ocorrido dentre aqueles mencionados na alínea (a.4) acima, bem como as medidas que a Emissora ou qualquer Controlada Restrita implementaram ou irão implementar com relação a este evento; e

a.6) imediatamente, uma notificação informando que um Evento de Vencimento Antecipado previsto nesta Escritura foi sanado, juntamente com um certificado de um diretor da Emissora descrevendo os passos que foram tomados para sanar esse evento;

b) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

c) manter os respectivos padrões contábeis e práticas de divulgação de informações, exceto se a alteração for requerida para adequação aos princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

d) manter contratados durante a vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura, incluindo o Agente Fiduciário, a Instituição Depositária, o Banco Mandatário e os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND/CETIP) e Bovespa Fix;

e) manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos Debenturistas, ou contratar instituição financeira autorizada para a prestação desses serviços;

f) prestar toda e qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada pelo Agente Fiduciário, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da respectiva data de solicitação, em especial as informações necessárias para o exato cumprimento, pelo Agente Fiduciário, das obrigações descritas nesta Escritura, restando certo e ajustado que quaisquer informações que não sejam públicas e não sejam obrigatórias por lei (i) não serão fornecidas para Competidores da Emissora e de suas Controladas Restritas; e (ii) nos demais casos, somente serão prestadas após a assinatura de um termo de



confidencialidade pelo Agente Fiduciário e/ou seus representantes nos moldes das obrigações de confidencialidade já assumidas pelos credores;

g) fazer com que seus representantes legais compareçam às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado com, no mínimo, 10 (dez) dias úteis de antecedência; e

h) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM.

i) cumprir, em todos os aspectos, com todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual a Emissora ou suas Controladas Restritas realizem negócios ou possuam bens, que afetem a Emissora ou suas controladas ou os direitos dos Debenturistas, salvo se eventual descumprimento não ocasionar efeito adverso para a Emissora e suas Controladas Restritas e não ocasionar efeito adverso nos direitos e recursos dos Debenturistas; e

j) manter em dia o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária, ressalvadas aquelas obrigações que estiverem sendo legalmente contestadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial competentes, salvo se eventual descumprimento não ocasionar efeito adverso para a Emissora e suas Controladas Restritas e não ocasionar efeito adverso nos direitos e recursos dos Debenturistas.

CLÁUSULA VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura, Planner Corretora de Valores S.A., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

8.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo de instituição financeira.

8.2. Declaração

8.2.1. O Agente Fiduciário declara:

a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;

c) concordar integralmente com os termos e condições da presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;



d) estar ciente da regulamentação aplicável, especialmente a editada pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários;

e) aceitar a remuneração que lhe será devida na forma da Cláusula 8.3 abaixo;

f) ter verificado a veracidade das informações contidas na presente Escritura;

g) ter verificado a regularidade, suficiência e exequibilidade das Garantias; e

h) estar ciente dos termos e condições do Acordo entre Credores.

8.2.2. A Emissora, por sua vez, declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

8.3. Substituição

8.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.3.2. Se a convocação da Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o item 8.3.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.3.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembléia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto na Cláusula 8.3.7 abaixo.

8.3.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.3.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.3.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e a sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

8.3.7. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembléia dos Debenturistas não delibere sobre a matéria.



8.3.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à Escritura.

8.3.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da lavratura da Escritura ou de eventual aditamento em que for nomeado substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das Debêntures.

8.3.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4. Deveres

Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e na Escritura constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios, observados os termos do Acordo entre Credores;
- b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados ao exercício de suas funções;
- d) verificar, no momento em que aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição, registro ou averbação, conforme o caso, desta Escritura e respectivos aditamentos, bem como dos Contratos de Penhor, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inconsistências constantes de tais informações;
- g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- j) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas;



l) enviar a CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;

m) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

n) encaminhar as informações necessárias, inclusive quanto às deliberações tomadas em Assembléia Geral de Debenturistas, ao Agente de Garantia, para que este adote as medidas que lhe competem, na forma do disposto no Acordo entre Credores;

o) enviar a CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembléia;

p) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, ou sempre que assim determinado pela maioria simples das Debêntures em circulação em Assembléia Geral de Debenturistas, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

p.1) eventual omissão ou inconsistência de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;

p.2) alterações estatutárias ocorridas no período;

p.3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;

p.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;

p.5) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;

p.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;

p.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura, em especial as obrigações contidas nas Cláusulas 5.6.1 (a) e 5.6.1. (b);

p.8) aferição do cumprimento do Índice de Cobertura Financeira e do Índice de Alavancagem Financeira; e



p.9) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.

q) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "o" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

q.1) na sede da Emissora;

q.2) no local indicado pelo Agente Fiduciário;

q.3) na CVM;

q.4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures;

q.5) na instituição líder da colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.

r) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "q";

s) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à Cetip;

t) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;

u) sem prejuízo do disposto na Cláusula 7.1.(a.3), notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

u.1) a CVM; e

u.2) à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures; e

v) verificar a manutenção da regularidade, suficiência e exeqüibilidade das Garantias.

8.5. Atribuições Específicas

8.5.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais em face da Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, observadas as condições desta Escritura, do Acordo entre Credores e dos Contratos de Penhor, em caso de inadimplemento da Emissora:



- a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- c) requerer a falência da Emissora;
- d) representar os Debenturistas em processo de falência, concordata, ou procedimento similar da Emissora.

8.5.2. Respeitado o disposto nas Cláusulas 6.2 a 6.5 desta Escritura, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas no item 8.5.1, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação.

8.6. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) a ser paga pela Emissora da seguinte forma:

- a. parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo que a primeira parcela será devida em 5 (cinco) dias após a concessão do registro da Emissão pela CVM, que nesse caso, será descontado o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a título de custo de implantação, que será devido na data da assinatura da Escritura, e as demais parcelas no valor acima mencionado sempre no mesmo dia do primeiro pagamento nos trimestres subseqüentes;
- b. o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- c. as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- d. a remuneração referida no *caput* desta cláusula será atualizada anualmente pela variação do IGP-M acumulado no respectivo período ou na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo;
- e. as remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação pela Emissora e desde que as referidas despesas sejam razoáveis e devidamente comprovadas. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas;



f. em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora, e desde que as referidas despesas sejam razoáveis e devidamente comprovadas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias;

g. em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% e juros de mora de 1,0 % ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e

h. as remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de integração social), Cofins, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda, e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

CLÁUSULA IX - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1 A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Valor Econômico, edição nacional, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1 A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.



9.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, consideram-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas de titularidade da Emissora e/ou de suas Afiliadas, controladas, coligadas ou controladoras, bem como dos administradores de todas referidas sociedades.

9.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares da maioria simples das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da Assembléia, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.4.1.1. Para a aprovação (i) de alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão, especialmente no que se refere a valores e taxas de juros, (ii) da Taxa Substitutiva aplicável às Debêntures, e (iii) de alteração de qualquer das disposições da Cláusula 6 desta Escritura, será necessário o voto favorável de Debenturistas que representem, conjuntamente, no mínimo 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação. Para a alteração e/ou liberação, ainda que parcial, das garantias reais representadas pelos Contratos de Penhor, será observado o que a esse respeito dispõe o Acordo entre Credores. Em relação a qualquer alteração e/ou liberação, no todo ou em parte, da garantia fidejussória de que trata a Cláusula 4 acima, será necessário o voto favorável de Debenturistas que representem, conjuntamente, no mínimo 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

9.4.1.2. Observado o disposto neste item 9.4, bem como na Cláusula 6 desta Escritura, a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures dependerá do voto favorável da maioria das Debêntures em circulação (50% (cinquenta por cento) mais uma Debênture) para ser aprovada em Assembléia Geral de Debenturistas.

9.4.2. No que se refere à Excussão de Garantias Reais dispostas na Cláusula 4.2. desta Escritura, a execução das deliberações das Assembléias Gerais de Debenturistas deverá sempre observar as disposições do Acordo entre Credores.

9.4.3. O voto lançado por qualquer Debenturista em Assembléia Geral dos Debenturistas contra qualquer disposição do Acordo entre Credores ou desta Escritura não será válido, cabendo ao Agente Fiduciário abster-se de computá-lo.

9.4.4. O Agente Fiduciário deverá também se abster de computar o voto eventualmente proferido pela Emissora ou por qualquer Afiliada.



CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário:

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- b) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- c) esta Escritura contém obrigações válidas e vinculantes do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.

10.2. Declarações e Garantias:

A Emissora e as Garantidoras, neste ato, declaram e garantem ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas, de forma solidária, que:

- a. A Emissora é uma companhia constituída e em funcionamento de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e normas da CVM em vigor aplicáveis às companhias abertas;
- b. Exceto quanto às Garantidoras (i) Dabny L.C.C. que é uma sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, e (ii) Jonquil Ventures Limited que é uma sociedade devidamente constituída e existente de acordo com as leis das Ilhas Virgens Britânicas, as Garantidoras são sociedades por ações ou sociedades limitadas constituídas e existentes de acordo com a Lei das Sociedades por Ações ou com o Código Civil Brasileiro, conforme o caso;
- c. a celebração da presente Escritura, bem como a assunção e o cumprimento das obrigações dela decorrentes não dependem de qualquer outra autorização dos seus órgãos deliberativos e executivos, além da AGE mencionada na Cláusula I;
- d. os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora e das Garantidoras, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- e. os termos da presente Escritura não contrariam (a) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora, as Garantidoras e/ou suas Controladas seja(m) parte(s) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, ressalvadas as dívidas sujeitas à Reestruturação, inclusive as debêntures da Segunda Emissão e da Terceira Emissão; (b) qualquer lei, decreto, regulamento a que a Emissora ou as Garantidoras (e/ou suas Afiliadas) ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora ou as Garantidoras (e/ou suas Afiliadas) ou quaisquer de seus bens e propriedades, ressalvadas as ações mencionadas no Anexo 8 dos Contratos de Penhor de Ações e Quotas;



- f. o prospecto definitivo da Emissão contém todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da oferta das Debêntures da Emissora, bem como das atividades econômica e financeira da Emissora e os riscos inerentes às atividades da Emissora e de suas controladas mencionadas no prospecto definitivo;
- g. a presente Escritura não contém declaração falsa ou incorreta ou omissão de fatos relevantes, exceto na medida em que eventual declaração falsa ou incorreta ou omissão não venha a causar um impacto adverso na capacidade da Emissora de cumprir as obrigações assumidas em virtude da presente Escritura; e
- h. as informações e fatos descritos na presente Escritura foram elaborados de acordo com as normas pertinentes, incluindo as da CVM.

CLÁUSULA XI – CONDIÇÕES GERAIS

11.1. Publicidade

Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal Valor Econômico, edição nacional, no boletim oficial da bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e através da rede mundial de computadores, devendo a Emissora avisar o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

11.2. Comunicações

11.2.1 Toda e qualquer comunicação a ser trocada entre as partes com respeito a qualquer assunto relativo ao presente Contrato deverá ser feita por escrito e enviada aos endereços abaixo indicados:

(a) se para a Emissora e para as Garantidoras:

(i) Net Serviços de Comunicação S.A.

At.: Leonardo P. G. Pereira (Dir. Financeiro e de Relações com Investidores)

Telefone: (55-11) 5186-2785

Fax: (55-11) 5186-2780

E-mail: ri@netservicos.com.br

(ii) At.: André Müller Borges (Diretor Jurídico)

Telefone: (55-11) 5186-2681

Fax: (55-11) 5186-2780

E-mail: andre.borges@netservicos.com.br

(b) se para o Agente Fiduciário:

Planner Corretora de Valores S.A.

At.: Artur Martins de Figueiredo

Telefone: (55-11) 3061-9444

Fax: (55-11) 3060-9575

E-mail: afigueiredo@plannercorretora.com.br



c) se para a Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.

At.: Departamento de Ações e Custódia

Telefone: (55-11) 3684-4522

Fax: (55-11) 3684-5645

E-mail: 4010.ações@bradesco.com.br

d) se para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

At.: Departamento de Ações e Custódia

Telefone: (55-11) 3684-4522

Fax: (55-11) 3684-5645

E-mail: 4010.ações@bradesco.com.br

e) se para a CETIP:

Câmara de Custódia e Liquidação

At: Fábio Benites

Telefone: (55-11) 3111-1595

Fax: (55-11) 3111-1564

E-mail: gr.debêntures@cetip.com.br

f) se para a BOVESPA:

At: Departamento de Relacionamento com Empresas

Fone: (55-11) 3233-2000

Fax: (55-11) 3242-3550

E-mail: bovespa@bovespa.com.br

11.2.2. As comunicações serão consideradas entregues quando encaminhadas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, se aplicável, para os endereços acima, ou quando da emissão de confirmação de transmissão se enviados via fac-símile ou e-mail. Os originais dos documentos transmitidos por fac-símile e e-mail deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 2 (dois) dias úteis após a transmissão dos mesmos.

11.3. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



11.4. Título Executivo Extrajudicial; Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

11.5. Invalidez

A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto no qual se insere.

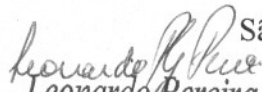
11.6. Lei Aplicável


Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

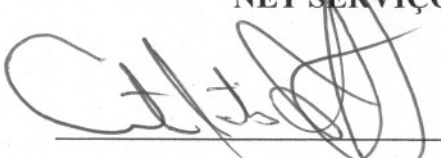
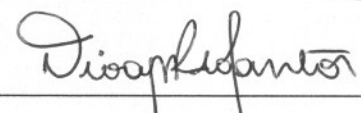
11.7. Foro - Vias

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo com a exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura. Estando assim as partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2005

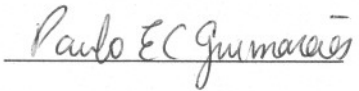

Leonardo Pereira
CPF: 606.399.897-72


André Muller Borges
CPF: 034.836.468-78

NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.
PLANNER CORRETORA DE VALORES S.A.

Testemunhas:


Paulo EC Guimarães

Nome:

Nome:

RG:



Visto e de acordo por:

ALNOR ALUMÍNIO DO NORTE LTDA.
ANTENAS COMUNITÁRIAS
BRASILEIRAS LTDA.
CABODINÂMICA TV CABO SÃO PAULO
S.A.
CMA PARTICIPAÇÕES S.A.
DR EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO E
RECEPÇÃO DE TV LTDA.
HORIZONTE SUL COMUNICAÇÕES
LTDA.
MULTICANAL TELECOMUNICAÇÕES
S.A.
NET ANÁPOLIS LTDA.

NET ARAPONGAS LTDA.
NET BAURU LTDA.
NET BELO HORIZONTE LTDA.
NET BRASÍLIA LTDA.
NET CAMPINAS LTDA.
NET CAMPO GRANDE LTDA.
NET CURITIBA LTDA.
NET FLORIANÓPOLIS LTDA.
NET FRANCA LTDA.
NET GOIÂNIA LTDA.
NET INDAIATUBA LTDA.
NET JOINVILLE LTDA.
NET LONDRINA LTDA.
NET MARINGÁ LTDA.
NET PARANÁ COMUNICAÇÕES LTDA.
NET PIRACICABA LTDA.
NET RECIFE LTDA.
NET RIBEIRÃO PRETO S.A.
NET RIO S.A.

NET SÃO CARLOS S.A.
NET SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA.
NET SÃO PAULO LTDA.
NET SOROCABA LTDA.
NET SUL COMUNICAÇÕES LTDA.
REYC COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES
LTDA.
TV CABO DE CHAPECÓ LTDA.
TV VÍDEO CABO DE BELO HORIZONTE
S.A.

P.

Nome:

Leonardo R. Pereira
Leonardo Pereira

CPF. 606.399.897-72

P.

Nome:

André Müller Borges
André Müller Borges

CPF. 034.836.468-76

Testemunhas:

Paulo C. Guimarães

Nome:

RG:

Paulo C. Guimarães

Nome:

RG:



Visto e de acordo por:

DABNY, L.L.C.

P.

Nome:


Leonardo Pereira

CPF: 606.399.897-72

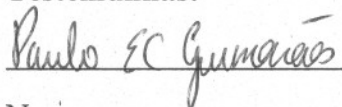
P.

Nome:


André Muller Borges

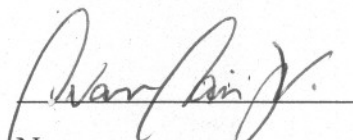
CPF: 034.836.468-76

Testemunhas:



Nome:

RG:

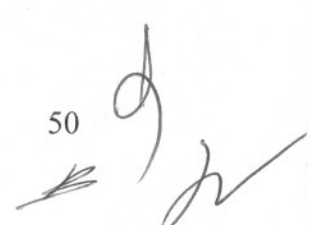


Nome:

RG:

Página de assinatura da ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, DA NET SERVIÇOS DE
COMUNICAÇÃO S.A.

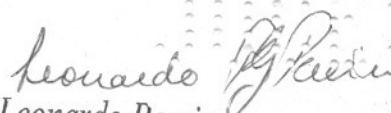




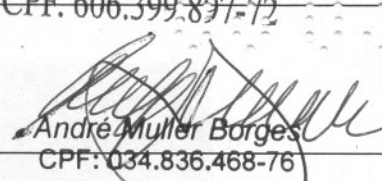
Visto e de acordo por:

JONQUIL VENTURES LIMITED

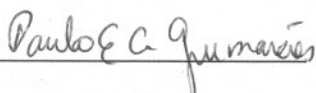
P.


Leonardo Pereira
Nome: CPF: 606.399.897-72

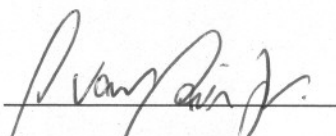
P.


André Muller Borges
Nome: CPF: 034.836.468-76

Testemunhas:


Nome:

RG:


Nome:

RG:



Página de assinatura da ESCRITURA DA QUARTA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA REAL E FIDEJUSSÓRIA, DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.





GLOSSÁRIO

Para fins da presente Escritura, os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuídos, salvo referência diversa na Escritura.

“Administradores Investidores” significa qualquer diretor, conselheiro, empregado ou outro membro da administração da Companhia ou qualquer de suas controladas, assim como membros da família, parentes ou mandatário de quaisquer destas pessoas, ou, ainda, qualquer de seus herdeiros, inventariantes, sucessores e representantes legais que, a qualquer data, tenham o direito de adquirir, direta ou indiretamente, Fração Representativa do Capital da Emissora.

“Afiliadas” significa qualquer sociedade que, direta ou indiretamente controla, é controlada ou está sob o Controle comum, direto ou indireto, com relação à sociedade em referência.

“Agente de Garantia” significa o Banco Itaú S.A. ou seu substituto nomeado de acordo com as regras do Acordo entre Credores.

“Ativos de Alta Liquidez” significa: (i) qualquer evidência de Endividamento com data de vencimento igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias emitido ou garantido pelo Governo Federal do Brasil ou pelo Governo Federal dos Estados Unidos da América, ou por qualquer órgão ou autarquia governamental desses países, desde que incondicionalmente garantidos pelo Governo Federal do Brasil ou pelo Governo Federal dos Estados Unidos da América, conforme o caso; (ii) depósitos, certificados de depósito ou aceites de títulos comerciais com data de vencimento igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, emitidos por instituição integrante do *U.S. Federal Reserve System* (“FED”) cujo capital, reservas e lucros acumulados, ou qualquer outra reserva ou instituto similar, não seja inferior a US\$50.000.000,00 ou o equivalente a tal quantia em outra(s) moeda(s) por ocasião do depósito; (iii) *commercial papers* com data de vencimento igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, emitidas por companhia (que não seja Afiliada da Emissora), constituída de acordo com as leis brasileiras ou de qualquer estado dos Estados Unidos da América, que tenha classificação de risco de, no mínimo “A-1” caso avaliada pela Standard & Poor’s Ratings Services (“*Standard & Poor’s*”) ou “P-I” caso avaliada pela Moody’s Investor Services Inc. (“*Moody’s*”) ou qualquer afiliada brasileira de tais agências classificadoras de risco; (iv) investimentos em qualquer Sociedade com data de vencimento igual ou inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, que sejam integral e incondicionalmente garantidos por banco ou instituição integrante do FED que atenda às exigências do subitem “(ii)” desta definição; (v) contratos de recompra de títulos e contratos de revenda de títulos emitidos ou incondicionalmente garantidos pelo Governo Federal do Brasil e pelo Governo Federal dos Estados Unidos da América, ou emitidos por qualquer órgão ou autarquia governamental brasileira ou norte-americana, desde que incondicionalmente garantidas pelo respectivo governo, com data de vencimento, em cada caso, igual ou inferior a 1 (um) ano, a contar da data de aquisição; (vi.a) títulos emitidos ou garantidos integral e incondicionalmente pelo Governo



Federal dos Estados Unidos da América, ou emitidos por qualquer órgão ou autarquia governamental norte-americana, desde que garantidos integral e incondicionalmente pelo respectivo governo, (vi.b) títulos emitidos ou garantidos pelo governo de qualquer outro país, ou emitidos por qualquer órgão ou autarquia governamental de tal país, desde que sejam garantidos integral e incondicionalmente pelo respectivo governo e tenham classificação de risco de investimento de, no mínimo, "BBB-", caso avaliada pela *Standard & Poor's* ou "Baa3", caso avaliada pela *Moody's*; e (vi.c) títulos do Tesouro Nacional do Brasil ou do Banco Central do Brasil que sejam contabilizados pelo respectivo titular como investimento de curto prazo; (vii) cotas de fundos de investimento de renda fixa administrados por uma instituição financeira que faça parte de grupo econômico cujo banco com carteira comercial e/ou de investimentos tenha classificação de risco de investimento de, no mínimo, "BBB-", caso avaliado pela *Standard & Poor's* ou "Baa3", caso avaliado pela *Moody's*, contanto que (a) a participação no patrimônio dos referidos fundos seja pulverizada e a Emissora e suas Controladas Restritas não detenham participação conjunta superior a 30% (trinta por cento) do patrimônio de referidos fundos, ou (b) que somente possam investir em Ativos de Alta Liquidez, ou; (viii) certificados de depósito pré ou pós-fixados, emitidos por qualquer banco organizado sob as leis do Brasil, que (a) mantenha um patrimônio líquido ajustado mínimo de US\$100.000.000,00 (cem milhões de dólares norte-americanos), ou valor equivalente em outra(s) moeda(s); (b) mantenha, em relação a seus certificados de depósito, uma classificação de risco de investimento de, no mínimo, "BBB-", caso avaliada pela *Standard & Poor's*, ou "Baa3", caso avaliada pela *Moody's* ou qualquer afiliada brasileira de tais agências classificadoras de risco, ou (c) seja uma filial ou controlada de um banco estrangeiro que mantenha uma classificação de risco de investimento de, no mínimo, "BBB-", caso avaliada pela *Standard & Poor's* ou "Baa3", caso avaliada pela *Moody's*, relativamente às suas obrigações de curto prazo.

"Cédula de Crédito Bancário Itaú BBA", significa, conjuntamente, a carta compromisso e a cédula de crédito bancário, cujo montante máximo é de R\$ 200.000.000,00, celebradas entre a Emissora e o Banco Itaú BBA S.A. em 04 de fevereiro de 2005.

"Competidor" significa qualquer Sociedade (ou Afiliada de qualquer Sociedade) que se dedique, no Brasil, a um ou mais ramos de negócio explorados pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas (incluindo, mas não se limitando, à prestação de serviços de telecomunicações, acesso à internet, ou serviços de cabo, de transmissão ou de televisão por satélite (incluindo, mas não se limitando, a serviços *pay-per-view*)); ressalvado, no entanto, que qualquer banco comercial, companhia financeira ou outra instituição financeira ou fundo (ou qualquer Afiliada destes) que detenha investimentos em, mas não controle um Competidor, não será considerado um Competidor para os fins desta definição.

"Conselho de Administração" significa, o conselho de administração da Emissora ou qualquer órgão da Emissora ao qual tenha sido devidamente outorgada competência para agir pelo conselho de administração.

"Consultor Financeiro Independente" significa um banco de investimento, banco comercial ou empresa de auditoria independente, todos brasileiros ou norte-americanos, de renome, que (a) não detenha, e cujos administradores, executivos e eventuais Afiliadas não detenham, investimentos na Emissora ou nas suas Afiliadas, e (b) a critério do Conselho de Administração da Emissora, seja independente da Emissora e



53
B *[Handwritten signature]*

“**Contrair**” ou “**Incorrer**” significa emitir, assumir, contrair ou por qualquer outra forma se tornar responsável por um Endividamento; sendo que qualquer Endividamento ou Fração Representativa do Capital de determinada Sociedade, existente à época em que tal Sociedade venha a se tornar uma controlada (seja por fusão, incorporação, aquisição ou qualquer outra forma), deverá ser considerado como contraído no momento em que essa Sociedade se tornar uma controlada.

“**Contrato de Moedas**” significa qualquer contrato de derivativos de moedas, incluindo, mas não se limitando, a contratos de câmbio, contratos de swap de moeda corrente ou outro contrato ou instrumento similar, dos quais referida Sociedade seja parte ou beneficiada.

“**Contrato de Taxa de Juros**” significa, com relação a qualquer Sociedade, qualquer contrato de derivativos de taxas de juros, incluindo, mas não se limitando a contratos que tenham por objeto proteção contra variações de taxas de juros, opção de taxas de juros, swap de taxas de juros, *cap* de taxas de juros, *collar* de taxas de juros, contratos futuros de taxa de juros ou qualquer outro instrumento similar, dos quais tal Sociedade seja parte ou beneficiária.

“**Contrato Relevante**” significa qualquer contrato que preveja o pagamento ou recebimento, durante qualquer ano, pela Emissora ou qualquer de suas Controladas Restritas, de montante superior a R\$10.000.000,00 (corrigidos pela Variação do IGP-M em 1º de janeiro de cada exercício social posterior à data de sua respectiva celebração) ou seu equivalente em outra(s) moeda(s), ou que seja de outra forma relevante para os negócios ou operações da Emissora ou de suas Controladas Restritas, consideradas como um todo.

“**Controladas Irrestritas**” significa (a) a TV Cabo e Comunicações de Jundiá S.A., (b) Televisão a Cabo Criciúma Ltda. e (c) qualquer outra controlada da Emissora que seja designada pelo Conselho de Administração como uma Controlada Irrestrita, conforme disposto na Cláusula 5.11.

“**Controladas Restritas**” significa quaisquer controladas da Emissora que não sejam Controladas Irrestritas.

“**Controle**” significa o poder de gerir os negócios de uma Sociedade, direta ou indiretamente, seja pela propriedade de ações com direito a voto, por direito assegurado contratualmente ou por qualquer outra forma, sendo que para fins da Cláusula 3.15.1. desta Escritura, não será considerado um evento de alteração de Controle a transferência do Controle da Emissora para: (i) a Globo Comunicações e Participações S.A. e/ou suas Afiliadas; ou (ii) a Telefones de México, S.A. de C.V. e/ou suas Afiliadas.

“**Deliberação da RCA**” significa deliberação de reunião do Conselho de Administração da Emissora, devidamente consubstanciada na ata da reunião do Conselho de Administração em que tiver sido adotada, devendo referida ata estar assinada pela mesa diretora de tal reunião, transcrita nos livros societários da Emissora e registrada, se for o caso, na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Uma cópia da referida ata deverá ser entregue ao Agente Fiduciário.



B

[Handwritten signature]

“Despesa Financeira Líquida Consolidada” significa, para qualquer período, o montante equivalente a (i) as despesas financeiras da Emissora e suas Controladas Restritas para tal período, consideradas de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil *menos* (ii) a receita financeira da Emissora e de suas Controladas Restritas para referido período, considerada de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.

“Despesa Líquida de Juros Consolidada” significa, em relação a qualquer período, a soma, sem duplicação, de: (a) despesas de juros da Emissora e de suas Controladas Restritas, acumuladas e pagas ou exigíveis em dinheiro em tal período, conforme determinado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil e, em todo caso, incluindo, mas não se limitando, a: (i) qualquer amortização de deságio, excetuando-se qualquer amortização de deságio relativa à Dívida Sênior Garantida, (ii) o custo líquido, pago em dinheiro, decorrente de qualquer contrato de câmbio e operação de *hedge*, incluindo quaisquer amortizações de deságio, (iii) o componente de juros de qualquer obrigação de pagamento diferido, (iv) todas as comissões, descontos e outras taxas e encargos devidos em decorrência de cartas de crédito, letras de câmbio, notas promissórias e aceites bancários e (b) o componente de juros de arrendamento mercantil capitalizado, pago, acumulado e/ou a acumular ou exigível por tal Sociedade durante tal período, *menos* (c) a receita proveniente de juros da Emissora e de suas Controladas Restritas, acumulada e recebida ou a receber em dinheiro durante tal período, considerada de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.

“Dívidas Seniores Garantidas”, significa as dívidas da Emissora e de suas Controladas Restritas que venham a ser emitidas ou constituídas no âmbito da Reestruturação, incluindo as debêntures objeto da presente emissão, o Contrato de Empréstimo, os títulos emitidos no exterior pela Emissora (“Notes”), os títulos emitidos no exterior pela Net Sul Comunicações S.A. (“Net Sul Notes”) e correspondentes Instrumentos de Confissão de Dívida, os Contratos de Empréstimo decorrentes da opção pela *Real Conversion Option* prevista no *Exchange Agreement*, e os contratos bilaterais relacionados à Reestruturação, listados no Anexo IV a esta Escritura (sendo certo que a Cédula de Crédito Bancário Itaú BBA não compõe a Dívida Sênior Garantida).

“Documentos da Operação” significa a Escritura, o Acordo entre Credores, os Instrumentos de Dívida e os Contratos de Penhor, assim como quaisquer aditamentos aos mesmos.

“EBITDA” significa, para qualquer período, o Lucro Líquido Consolidado para tal período, ajustado para excluir, sem duplicação, os seguintes itens de receita ou despesa, na medida em que tais itens sejam incluídos no cálculo do Lucro Líquido Consolidado: (i) Despesas Financeiras Líquidas Consolidadas, (ii) total das despesas com imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido ou outras formas de tributação que venham a ser criadas, (iii) depreciação, amortização, incluindo mas não se limitando, à amortização de ágio e bens intangíveis e outras despesas ou perdas sem efeito no caixa da Emissora, exceto aquelas despesas ou perdas sem efeito no caixa da Emissora que requeiram uma provisão para pagamentos futuros; (iv) resultado líquido de qualquer Sociedade que não seja uma Controlada Restrita; exceto pelas limitações contidas no subitem “(v)” abaixo, a participação da Emissora no resultado líquido de tal Sociedade



55
B *jm*

no período em questão será incluída no Lucro Líquido Consolidado até o montante efetivamente distribuído durante esse período pela referida Sociedade para a Emissora ou para uma Controlada Restrita como dividendo ou outro pagamento de mesma natureza (sujeito, no caso de dividendos ou outra distribuição a uma Controlada Restrita, às limitações constantes no item (v) abaixo); (v) qualquer ganho ou perda decorrente da alienação ou qualquer outra forma de transferência de qualquer ativo da Emissora ou de suas Controladas Restritas, consideradas de forma consolidada, que não seja alienado ou de outra maneira transferido no curso regular dos negócios; (vi) qualquer ganho ou perda extraordinários; (vii) o efeito cumulativo de uma alteração nos princípios contábeis; (viii) quaisquer despesas não recorrentes relacionadas à Reestruturação ou a qualquer aquisição, pela Emissora ou por qualquer Controlada Restrita após a Data de Integralização, incluindo, mas não se limitando a, qualquer encargo e/ou despesa incorridos em virtude de bônus pagos à administração da Emissora em virtude da Reestruturação, e ; (ix) qualquer remuneração que não em dinheiro decorrente de qualquer bonificação em ações, opções de ações ou outros prêmios similares.

“Endividamento para Refinanciamento” significa Endividamentos incorridos pela Emissora para reembolsar, refinanciar, substituir, renovar, pagar ou estender (incluindo aqueles relacionados a qualquer mecanismo de revogação ou quitação) qualquer Endividamento existente na Data de Integralização ou incorrido em decorrência dos termos desta Emissão (incluindo, na medida permitida nesta Emissão, o Endividamento da Emissora que refinance o Endividamento de qualquer Controlada Restrita, assim como o Endividamento de qualquer Controlada Restrita que refinance o Endividamento de outra Controlada Restrita) incluindo o Endividamento que financie o Endividamento para Refinanciamento, desde que:

- (i) o Endividamento para Refinanciamento tenha vencimento posterior àquele do Endividamento a ser refinanciado;
- (ii) à época do Endividamento para Refinanciamento, este tenha um prazo médio ponderado que seja igual ou maior do que o prazo médio ponderado do Endividamento a ser refinanciado;
- (iii) tal Endividamento para Refinanciamento seja incorrido em um montante principal total ou, caso emitido com deságio, a um preço de emissão total, que seja igual ou inferior à soma de (a) o montante principal total ou, caso emitido com deságio, o valor agregado acrescido então em aberto do Endividamento a ser refinanciado, mais (b) taxas, descontos de colocação, prêmios e outros custos e despesas incorridos em virtude de tal Endividamento para Refinanciamento ; e
- (iv) o Endividamento para Refinanciamento não deverá incluir (a) o Endividamento de Controladas Restritas que não sejam garantidoras do refinanciamento do Endividamento da Emissora ou (b) o Endividamento da Emissora ou de uma Controlada Restrita que refinance o Endividamento de uma Controlada Irrestrita.

“Endividamento Total Consolidado” significa o total relativo ao valor de principal agregado do Endividamento da Emissora e de suas Controladas Restritas em qualquer data, determinado de forma consolidada de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.



“Endividamento” significa, com respeito a qualquer Sociedade, sem duplicação:

- (i) qualquer passivo, contingente ou não, de tal Sociedade (a) relacionado a mútuos financeiros (*borrowed money*) tomados pela referida Sociedade, que sejam ou não garantidos pela totalidade ou por parte dos ativos de tal Sociedade seja através de adiantamento de caixa, nota, saque a descoberto ou contrato de empréstimo; (b) evidenciada por uma debênture, título similar, ou por cartas de crédito, incluindo Obrigações de Compra, ou por qualquer título escritural ou (c) salvo se de outra forma determinado neste Glossário, instrumentos firmados com tais Sociedades com o objetivo de proteção (*hedging*) contra variações de moeda e de taxas de juros (o valor de tal obrigação deverá ser equivalente, a qualquer tempo, ao valor do Hedge que seria pago ou recebido por tal Sociedade ao seu término);
- (ii) qualquer passivo de terceiros, similar àqueles descritos no subitem (i) acima, que seja garantido pela Sociedade ou pelo qual a Sociedade seja legalmente responsável;
- (iii) qualquer obrigação garantida por um Gravame sobre a propriedade ou ativos da Sociedade, independente das obrigações garantidas terem sido assumidas diretamente pela Sociedade ou virem a lhe ser legalmente imputadas;
- (iv) o preço máximo de recompra ou resgate de qualquer ação ou quota representativa do capital social, participações, direitos de sócio, partes beneficiárias ou quaisquer outros títulos que confirmam participação nos lucros que possuam obrigação de recompra/resgate ou sejam conversíveis em Endividamento (ressalvado se por opção da Emissora), de tal Sociedade, que não seja detida pela Emissora ou por uma de suas Controladas Restritas; e
- (v) exclusivamente para fins do cálculo do Endividamento Total Consolidado nos termos da Cláusula 5.6 da Escritura, Endividamento significa (a) títulos de dívida que estejam vencidos a 60 (sessenta) dias ou mais e que não estejam sendo contestados de boa-fé por tal Sociedade; (b) todos os contratos de arrendamento mercantil capitalizados dos quais tal Sociedade seja parte; e (c) obrigações diferidas e relativas ao preço de aquisição de ativos desta Sociedade, desde que tal preço diferido seja devido após 120 (cento e vinte) dias a contar da data de entrega do ativo.

Para fins das Cláusulas 5.6 e 6.1 da Escritura, na apuração do montante principal de qualquer Endividamento que venha a ser Incorrido pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas Restritas ou de qualquer Endividamento existente em qualquer data (x) será considerado, na data de apuração, como valor de principal de Endividamento a ser pago na hipótese de declaração de vencimento antecipado da respectiva dívida, se este valor for menor do que o montante de Endividamento principal efetivamente devido com relação a tal dívida, e (y) do montante do Endividamento será deduzido o ganho líquido relacionado a qualquer Contrato de Moeda vinculado a tal Endividamento.

“Excesso de Caixa Livre” significa, para qualquer exercício social, a soma de (i) (a) o caixa e Ativos de Alta Liquidez da Emissora e de suas Controladas Restritas, tomando-se por base o último dia de tal exercício social *menos* (b) o Saldo de Caixa Inicial *menos* (ii) os Recursos Líquidos da Emissora obtidos em virtude da emissão de Participações Societárias da Emissora durante tal exercício social *menos* (iii) os Recursos Líquidos da Emissora obtidos em virtude de qualquer Endividamento tomado pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas Restritas durante tal exercício social *menos* (iv) os Recursos Líquidos obtidos pela Emissora em virtude de qualquer Venda de Ativos



efetuada durante tal exercício social *mais* (v) o montante de qualquer Investimento efetuado pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas Restritas em qualquer Sociedade que, por consequência de tal Investimento, torne-se uma Controlada Restrita, bem como qualquer quantia paga pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas Restritas para adquirir qualquer sociedade, negócio, ou conjunto de ativos que represente uma unidade operacional de um negócio (qualquer uma destas operações uma “Compra”) *mais* (vi) a quantia relativa a qualquer pré-pagamento de principal relativamente a qualquer Dívida Sênior Garantida durante tal exercício social *mais* (vii) a quantia de qualquer dividendo pago em dinheiro, assim como de qualquer outro pagamento em dinheiro em favor da Emissora em decorrência de suas Participações Societárias, ressalvado, no entanto, que:

(a) se a Emissora ou qualquer Controlada Restrita tiver efetuado, no respectivo exercício social, qualquer Venda de Ativos de qualquer sociedade, negócio ou grupo de ativos que constituam uma unidade operacional de negócios (qualquer uma destas operações uma “Venda”), será subtraído do Saldo de Caixa Inicial, para fins de apuração do Excesso de Caixa Livre relativo a tal exercício social, um montante igual ao montante de caixa ou Ativos de Alta Liquidez transferidos em decorrência de tal Venda ; e

b) se a Emissora ou qualquer Controlada Restrita tiver efetuado qualquer Compra no respectivo exercício social, para fins de apuração do Excesso de Caixa Livre relativo a tal exercício social, será somado ao Saldo de Caixa Inicial uma quantia igual ao montante do caixa ou dos Ativos de Alta Liquidez adquiridos em decorrência de tal Compra.

“**Excussão de Garantia**” significa qualquer ação ou procedimento, iniciado pelo Agente de Garantia, em nome dos Credores, em estrita observância às disposições do Acordo entre Credores, contra qualquer empresa do Grupo Net, tendo por objeto assegurar o direito de qualquer Credor oriundo dos Contratos de Penhor de executar toda a Garantia, ou parte da Garantia, incluindo, sem a tanto se limitar, a propositura de ação perante qualquer tribunal ou corte de arbitragem ou perante qualquer agência administrativa ou órgão governamental, para exercer tal direito.

“**Fração Representativa do Capital**” significa qualquer fração representativa do capital social de qualquer pessoa jurídica que confira a uma Sociedade o direito de receber participação nos resultados de tal pessoa jurídica.

“**Garantia**” significa qualquer garantia que possa ser outorgada de acordo com os termos da Escritura e dos Contratos de Penhor.

“**Gravames Permitidos**” significa:

(i) os Gravames existentes na data de assinatura da Escritura;

(ii) qualquer Gravame sobre qualquer propriedade adquirida, construída ou reformada pela Emissora ou por qualquer uma de suas Controladas Restritas após a data de assinatura da Escritura, que tenha sido criado, incorrido ou assumido à época ou no prazo de 90 (noventa) dias subsequentes à data da respectiva aquisição, para assegurar o pagamento de qualquer parcela do preço de aquisição, construção ou reforma, incluindo



reajustes, juros e custos financeiros incorridos durante a construção, bem como eventuais aumentos de custos. No caso de a referida propriedade ter sido construída ou reformada, o prazo de 90 (noventa) dias anteriormente mencionado será contado a partir do término da respectiva construção ou reforma ou a partir do início da exploração comercial da referida propriedade, o que ocorrer por último;

(iii) qualquer Gravame que garanta na mesma proporção e equivalência todas as Dívidas Seniores Garantidas;

(iv) qualquer Garantia outorgada de acordo com os Contratos de Penhor e Acordo entre Credores;

(v) qualquer Gravame sobre qualquer ativo ou bem adquirido pela Emissora já existente à época da aquisição desse ativo e que não resulte, de qualquer forma, da sua aquisição, salvo se o Gravame tiver sido constituído para assegurar ou viabilizar o pagamento de parte ou da totalidade do preço de aquisição;

(vi) qualquer Gravame sobre qualquer ativo adquirido de uma Sociedade que seja fundida com ou incorporada pela Emissora ou por qualquer uma de suas Controladas Restritas, assim como quaisquer Gravames já existentes sobre qualquer ativo de uma Sociedade à época em que esta sociedade se torne uma Controlada da Emissora e que não resulte, de qualquer forma, da referida operação, salvo se o Gravame tiver sido constituído para garantir ou viabilizar o pagamento de parte ou da totalidade da operação;

(vii) qualquer Gravame que garanta exclusivamente o Endividamento entre (a) a Emissora e qualquer de suas Controladas Restritas ou (b) as Controladas Restritas e a Emissora ou entre as Controladas Restritas;

(viii) qualquer prorrogação, renovação ou substituição (assim como sucessivas prorrogações, renovações ou substituições), no todo ou em parte, de qualquer Gravame referido nos itens (i) a (vii) inclusive, ressalvado que o montante do principal do Endividamento a ser garantido não poderá exceder o montante do principal garantido imediatamente antes da prorrogação, renovação ou substituição e que a referida prorrogação, renovação ou substituição deverá se limitar à totalidade ou à parte da propriedade, incluindo as melhorias efetuadas, sobre a qual incidia o Gravame a ser prorrogado, renovado ou substituído;

(ix) qualquer Gravame sobre litígios em que se discuta o pagamento de tributos devidos e que estejam sendo contestados diligentemente e de boa fé de acordo com as ações e procedimentos cabíveis, desde que sejam efetuadas provisões dos valores contestados nos livros da Emissora e/ou de suas Controladas Restritas;

(x) Gravames (incluindo Gravames relacionados à outorga de qualquer carta de fiança), que não sejam as Garantias, decorrentes de processos administrativos ou judiciais propostos contra a Emissora, acerca dos quais a Emissora de boa fé tenha diligentemente apresentado defesa ou recurso, conforme o caso, e a decisão, sentença ou acórdão não tenha transitado em julgado, ou, no caso do prazo para apresentação de defesa ou recurso, não tenha o mesmo expirado, com o fim de lhe assegurar o direito de defesa ou recurso em tais medidas administrativas ou judiciais e que impeçam, de forma



eficaz, a excussão do Gravame;

(xi) Gravames criados por imposição legal e decorrentes do curso normal de seus negócios;

(xii) servidões, direitos de passagem, restrições e outros ônus similares incorridos no curso normal de seus negócios;

(xiii) Gravames incorridos no curso normal de seus negócios relacionados a ações trabalhistas, seguro desemprego e seguro social, assim como Gravames concedidos para assegurar a execução de propostas, ofertas, arrendamentos, outros contratos celebrados no curso normal de seus negócios, cartas de fiança, seguro-garantia e demais obrigações de natureza similar Incorridas no curso normal de seus negócios, bem como Gravames constituídos por imposição legal;

(xiv) Gravames relativos a serviços de manutenção, fornecimento de programação, locação de imóveis e quaisquer outros gravames similares decorrentes do curso normal de seus negócios com relação a obrigações que não estejam vencidas a mais de 60 (sessenta) dias, ou que estejam garantidas ou sendo discutidas diligentemente e de boa fé de acordo com as ações e procedimentos cabíveis, que impeçam, de forma eficaz a excussão do Gravame;

(xv) penhor, depósitos e outros Gravames que garantam o adimplemento de propostas, ofertas, negócios e outros contratos (que não sejam mútuos financeiros (*borrowed money*)), incorridos no curso normal dos negócios;

(xvi) arrendamentos, sublocações, licenças ou sub-licenças para terceiros;

(xvii) Gravames que garantam obrigações decorrentes de Contratos de Moeda e Contratos de Taxa de Juros incorridos de acordo com o disposto na Cláusula 5.6 da Escritura, desde que em nenhuma hipótese o menor dentre (a) o Valor Justo de Mercado e (b) o valor contábil dos Gravames garantindo obrigações decorrentes de Contratos de Moeda e Contratos de Taxa de Juros exceda R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), reajustados pela Variação do IGP-M em 1º de janeiro de cada exercício social após a Data de Emissão;

(xviii) qualquer servidão incidente sobre ou vício irrelevante em título de propriedade imobiliária na qual a Emissora ou qualquer de suas Controladas Restritas tenham parte, salvo se tal servidão ou vício não tornar a propriedade objeto do referido título inútil para os negócios da Emissora ou da referida Controlada Restrita;

(xix) Gravames decorrentes de arrendamento mercantil e de Endividamentos em razão de Obrigações de Compra, desde que de acordo com a Cláusula 5.6 da Escritura e que tais garantias sejam restritas às propriedades ou ativos subjacentes a tais arrendamentos mercantis; e

(xx) Gravames outorgados em decorrência de arrendamentos mercantis e Endividamentos incorridos em decorrência de Obrigações de Compra, e de acordo com a Cláusula 5.6 da Escritura, desde que tais gravames sejam estendidos apenas aos ativos subjacentes.



(xxi) Gravames sobre recursos da Emissão de Ações da Reestruturação, qualquer conta na qual sejam depositados os recursos da Emissão de Ações da Reestruturação e/ou qualquer contrato relativo aos Gravames aqui tratados que garanta o cumprimento das obrigações da Emissora; de acordo com os termos da Cédula de Crédito Bancário Itaú BBA.

“**Gravames**” significa qualquer ônus real, hipoteca, encargo, penhor, usufruto, gravame, direito de preferência ou prioridade, oferecimento de bem à penhora, reivindicação de direitos, ou outra garantia ou direito de qualquer natureza sobre quaisquer propriedades ou ativos de qualquer natureza. Sem prejuízo da definição anterior, considerar-se-á uma propriedade sujeita a um Gravame quando a aquisição ou manutenção da referida propriedade por uma Sociedade estiver restringida por qualquer contrato de compra e venda condicionada, leasing financeiro ou outro instrumento similar que restrinja o direito à propriedade, bem como seu uso ou gozo, no todo ou em parte.

“**Hedge**” significa as obrigações de uma Sociedade relacionadas a Contratos de Taxa de Juros e Contratos de Moedas.

“**Índice de Alavancagem Financeira**” significa, em qualquer data, a proporção entre (i) o Endividamento Total Consolidado apurado na referida data e (ii) o EBITDA para o período compreendido pelos quatro trimestres sociais mais recentes para os quais haja demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, sendo que:

(ii.a) se, desde o início de tal período, a Emissora ou qualquer Controlada Restrita tenha efetuado durante o referido período qualquer Venda de Ativos de qualquer sociedade, empreendimento ou grupo de ativos que constitua(m) uma unidade operacional de seus negócios (cada uma destas operações uma “Venda”), para o cálculo do EBITDA de referido período de apuração deverá ser subtraído o valor equivalente ao EBITDA (caso este seja positivo) diretamente atribuíveis aos ativos objeto desta Venda de Ativos para o período de apuração considerado, ou acrescido de um valor equivalente ao EBITDA (caso este seja negativo) diretamente atribuíveis aos ativos objeto desta Venda de Ativos para o período de apuração considerado;

(ii.b) caso a Emissora ou qualquer Controlada Restrita tenha efetuado durante o referido período um Investimento (por incorporação, fusão ou outra forma) mantido em qualquer Sociedade mediante o qual esta Sociedade passe a ser considerada uma Controlada Restrita, ou ainda por meio de aquisição de qualquer sociedade, empreendimento ou grupo de ativos que constitua(m) uma unidade operacional de seus negócios, incluindo qualquer Investimento ou aquisição de ativos realizada dentro de uma operação que dê ensejo à necessidade de efetuar o cálculo referido neste item (cada uma destas operações uma “Aquisição”), o EBITDA de referido período de apuração deverá ser calculado *pro forma* (incluindo a incorrência de Endividamento), como se tal Investimento ou Aquisição tivesse ocorrido no primeiro dia de referido período de apuração; e

(ii.c) caso qualquer Sociedade que durante o referido período passou a ser considerada uma Controlada Restrita, fundiu-se ou foi incorporada pela Emissora ou qualquer Controlada Restrita e que efetue qualquer Venda ou Aquisição que, se efetuada pela



Emissora ou por uma Controlada Restrita daria causa a um ajuste contábil nos termos dos subitens (ii.a) e (ii.b) acima, o EBITDA relativo a tal período deverá ser calculado *pro forma*, como se tal Venda ou Aquisição tivesse ocorrido no primeiro dia de tal período.

Para fins desta definição, sempre que se fizer necessário o cálculo *pro forma* de uma Venda de Ativos, Investimento, aquisição de ativos ou qualquer operação realizada de acordo com a Cláusula 5.12 da Escritura, ou do montante das receitas ou ganhos de referidas operações, os cálculos *pro forma* aplicáveis deverão ser efetuados da maneira determinada, de boa-fé, por um diretor da Emissora com base em premissas razoáveis.

“Índice de Cobertura Financeira” significa a proporção entre: (i) o EBITDA relativo ao período compreendido pelos quatro trimestres sociais consecutivos encerrados anteriormente à data de apuração e para os quais as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora estejam disponíveis, *menos* o total de Investimentos Operacionais realizados durante referido período e (ii) a Despesa Líquida de Juros Consolidada para os referidos quatro trimestres sociais determinada, caso a caso, para cada trimestre social (ou fração de trimestre social) dos quatro últimos trimestres sociais encerrados anteriormente à Data de assinatura da Escritura, calculada *pro forma*, simulando a ocorrência da Reestruturação como ocorrida no início dos mencionados quatro trimestres sociais, sendo que:

(a.1) caso a Emissora ou qualquer Controlada Restrita (i) tenha incorrido em qualquer Endividamento desde o início de tal período e na data de apuração do Índice de Cobertura Financeira tal Endividamento ainda não tenha sido integralmente pago, ou caso a operação que causou a obrigação de cálculo do Índice de Cobertura Financeira constitua uma incorrência de Endividamento, o EBITDA e a Despesa Líquida de Juros Consolidada para referido período deverão ser calculados após o cálculo *pro forma* do mencionado Endividamento, como se este Endividamento tivesse ocorrido no primeiro dia do período em questão (sendo que para realização deste cálculo, o montante de Endividamento decorrente de qualquer linha de crédito rotativa não quitada na data de tal apuração será calculado com base (x) no saldo médio diário de tal Endividamento durante os referidos quatro trimestres sociais ou durante qualquer período de tempo menor durante o qual a linha de crédito não estivesse quitada ou (y) no saldo médio diário de tal Endividamento durante o período compreendido entre a data de obtenção de referida linha de crédito até a data da apuração caso a linha de crédito tenha sido obtida após o encerramento dos respectivos quatro trimestres sociais), ou (ii) tenha, durante o referido período de apuração, pago, recomprado ou remido qualquer Endividamento (cada uma dessas operações uma “Quitação”) e este Endividamento não seja mais devido na referida data de apuração, ou caso a operação que tenha dado causa à obrigação de cálculo do Índice de Cobertura Financeira envolva uma quitação de Endividamento (desde que não seja um Endividamento de qualquer linha de crédito rotativo que não tenha sido definitivamente quitado), os cálculos do EBITDA e da Despesa Líquida de Juros Consolidada para referido período deverão ser efetuados após o cálculo *pro forma* da Quitação do Endividamento, como se esta quitação tivesse ocorrido no primeiro dia do referido período de apuração;

(a.2) caso a Emissora ou qualquer Controlada Restrita tenha efetuado, durante o período de apuração, qualquer Venda de Ativos de qualquer sociedade, empreendimento ou grupo de ativos que constituam uma unidade operacional de negócios (cada uma destas



transações uma "Venda"), no cálculo do EBITDA do referido período deverá (x) ser subtraído o valor equivalente ao EBITDA (caso positivo) diretamente atribuível aos ativos objeto da Venda de Ativos realizada no referido período, ou (y) ser somado um valor equivalente ao EBITDA (caso negativo) diretamente atribuível aos ativos objeto de referida Venda de Ativos. Na medida em que a Emissora e suas Controladas Restritas não mais sejam responsáveis pelo referido Endividamento após tal Venda de Ativos, no cálculo da Despesa Líquida com Juros Consolidada para referido período deverá ser subtraído o valor equivalente a Despesa Líquida de Juros Consolidada de Endividamento da Emissora ou de qualquer de suas Controladas Restritas que tenha sido pago, recomprado, remido ou de outra forma quitado em decorrência da referida Venda de Ativos realizada no referido período (sendo que se alguma Fração Representativa do Capital de qualquer Controlada Restrita tiver sido alienada, a Despesa Líquida de Juros Consolidada do referido período atribuível ao Endividamento desta Controlada Restrita);

(a.3) caso a Emissora ou qualquer Controlada Restrita tenha efetuado (seja por incorporação, fusão ou outra forma), durante o referido período de apuração, um Investimento em qualquer Sociedade mediante o qual esta Sociedade passe a ser considerada uma Controlada Restrita, ou ainda por meio de aquisição de qualquer sociedade, empreendimento ou grupo de ativos que constituam uma unidade operacional de negócios, incluindo qualquer Investimento ou aquisição de ativos em uma operação que dê causa a uma obrigação de apuração do Índice de Cobertura Financeira nos termos desta definição (qualquer destas operações uma "Compra"), o cálculo do EBITDA e da Despesa Líquida de Juros Consolidada do referido período deverão ser efetuados após o cálculo *pro forma* do referido Investimento ou Compra (incluindo a incorrência em qualquer Endividamento) como se tal Investimento ou Compra tivesse ocorrido no primeiro dia do referido período);

(a.4) caso qualquer Sociedade que passou a ser considerada, durante o referido período, uma Controlada Restrita ou se fundiu com a Emissora ou com qualquer Controlada Restrita ou foi por elas incorporada tenha efetuado durante o referido período qualquer Venda ou Compra que dê causa à obrigação de realizar um ajuste contábil nos termos dos subitens (a.1), (a.2) ou (a.3) o cálculo do EBITDA e da Despesa Líquida de Juros Consolidada do referido período deverão ser calculados após o cálculo *pro forma* da referida operação, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia de referido período; e

(a.5) caso qualquer Sociedade que passe a ser considerada durante o referido período uma Controlada Restrita ou seja fundida com a Emissora ou com qualquer Controlada Restrita ou seja por elas incorporada, em qualquer caso por meio de uma Compra, tenha obtido Quitação de qualquer Endividamento ou efetuado qualquer Venda ou Compra que, se efetuada pela Emissora ou por qualquer Controlada Restrita durante referido período daria causa à obrigação de realizar um ajuste contábil nos termos dos subitens (a.1), (a.2), (a.3) ou (a.4) acima, os cálculos do EBITDA e da Despesa Líquida de Juros Consolidada do referido período de apuração deverão ser efetuados após o cálculo *pro forma* de referida Venda, Compra ou Quitação, como se a mesma tivesse ocorrido no primeiro dia de referido período de apuração.



Para fins desta definição, sempre que se fizer necessário o cálculo *pro forma* de uma Venda de Ativos, Investimento, aquisição de ativos ou qualquer operação regida pela Cláusula 5.12 da Escritura, do EBITDA de referidas operações e da Despesa Líquida de Juros Consolidada de qualquer Endividamento incorrido ou pago, recomprado ou remido em decorrência das referidas operações, os cálculos *pro forma* serão efetuados por um diretor da Emissora, com base em premissas razoáveis, na forma determinada na presente Escritura e de boa-fé. Caso qualquer Endividamento seja reajustado por uma taxa de juros flutuante e o referido Endividamento esteja sendo calculado de maneira *pro forma*, a despesa com juros de referido Endividamento deverá ser a taxa média vigente durante tal período (devendo-se levar em consideração qualquer Contrato de Taxa de Juros aplicável a tal Endividamento que permaneça vigente por um período adicional de 12 meses contados da referida data de apuração). Para o cálculo *pro forma* de um Endividamento incorrido em decorrência de uma linha de crédito rotativa, a despesa com juros de referido Endividamento deverá ser calculada com base no saldo médio diário de referido Endividamento durante o período em questão.

“**Instrumentos de Dívida**” significa a Escritura, o Contrato de Empréstimo, os títulos relacionados à Reestruturação emitidos no exterior pela Emissora (“Notes”), os títulos relacionados à Reestruturação emitidos no exterior pela Net Sul Comunicações S.A. (“Net Sul Notes”) e correspondentes Instrumentos de Confissão de Dívida, os Contratos de Empréstimo decorrentes da opção pela *Real Conversion Option* prevista no *Exchange Agreement*, e os contratos bilaterais relacionados à Reestruturação, listados no Anexo IV a esta Escritura, assim como eventuais dívidas que venham a ser contraídas pela Emissora e sejam classificadas *pari passu* com as dívidas acima elencadas.

“**Investimento Permitido**”, significa um investimento realizado pela Emissora ou por qualquer Controlada Restrita:

- (i) em uma Controlada Restrita, na Emissora ou em uma Sociedade que, em decorrência da realização do Investimento venha a ser considerada uma Controlada Restrita;
- (ii) em outra Sociedade, caso, em decorrência da realização de referido Investimento a referida Sociedade venha a se fundir com a Emissora ou com qualquer Controlada Restrita, ou seja por elas incorporada;
- (iii) Ativos de Alta Liquidez;
- (iv) recebíveis da Emissora ou de qualquer Controlada Restrita, gerados ou adquiridos pela Emissora ou por qualquer Controlada Restrita no curso regular de seus negócios, de acordo com as práticas usuais de mercado;
- (v) valores mobiliários ou outros Investimentos recebidos como pagamento pela alienação de propriedades ou ativos, incluindo Venda de Ativos realizada de acordo com o disposto na Cláusula 3.12.1 (IV) desta Escritura, que tenham sido negociados de acordo com as práticas usuais de mercado;



3 64 9

(vi) valores mobiliários ou outros Investimentos recebidos em pagamento de créditos devidos à Emissora ou a qualquer Controlada Restrita no curso regular dos seus negócios, ou como resultado da execução ou excussão de qualquer Gravame, ou em cumprimento de qualquer ordem judicial, incluindo ordens judiciais relativas à falência, concordata ou procedimento similar;

(vii) Investimentos existentes ou validamente contratados por escrito na data de assinatura da Escritura;

(viii) depósitos constituídos em favor de terceiros no curso regular dos negócios, relativos a arrendamentos ou qualquer prestação de serviço público, conforme definição de Gravames Permitidos ou ainda permitidos conforme Cláusula 5.5 da Escritura;

(ix) despesas pagas antecipadamente, incluindo crédito comercial, realizadas no curso normal dos negócios;

(x) notas promissórias emitidas por Administradores Investidores, adquiridas na integralização de ações de emissão da Emissora, cujo valor total agregado de principal não exceda a qualquer tempo R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), reajustados pela Variação do IGP-M em 1º de janeiro de cada exercício social seguinte à Data de Integralização; ou

(xi) outros Investimentos que não excedam, no agregado, os seguintes valores, ajustados, em cada caso, pela Variação do IGP-M em 1º de janeiro de cada ano seguinte à Data de Integralização:

(a) R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2006;

(b) R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007; e

(c) R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais) durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e durante cada exercício social subsequente.

“Investimento” significa, em relação a qualquer Sociedade, qualquer (i) adiantamento, mútuo, recebível ou prorrogação de crédito (incluindo, mas não se limitando, àquelas decorrentes de garantias prestadas); (ii) integralização de capital com créditos, bens ou direitos; ou (iii) aquisição de ações, quotas, debêntures ou outros títulos de dívida, ou quaisquer outros valores mobiliários de emissão de qualquer Sociedade. Não obstante o acima disposto, a emissão, pela Emissora, de ações ou quotas representativas do capital social, participações, direitos de sócio, partes beneficiárias ou quaisquer outros títulos que confirmam participação nos resultados da Emissora (exceto se tiver a obrigação de resgate ou recompra) para permuta por ações ou quotas representativas do capital social, participações, direitos de sócio, partes beneficiárias ou quaisquer outros títulos que confirmam participação nos resultados de outra Sociedade ou para permuta por ativos ou Fração Representativa do Capital de outra Sociedade, não será considerada um



Investimento da Emissora em tal Sociedade.

“Investimentos Operacionais” significa, em relação a qualquer Sociedade, a soma (sem duplicação) de todos os investimentos que tenham sido realizados, a qualquer tempo, direta ou indiretamente, pela referida Sociedade ou por qualquer de suas controladas, em equipamentos, ativos imobilizados, bens imóveis ou benfeitorias, bem como as respectivas reposições ou substituições, que, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, são ou devam ser contabilizados como ativos permanentes.

“Lucro Líquido Consolidado” significa, para qualquer período, o lucro (prejuízo) líquido da Emissora e de suas Controladas, determinada de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.

“Montante de Dívida Pré Reestruturação”. Significa a soma de US\$ 248.777.479,00 com o equivalente em dólares norte-americanos a R\$ 606.781.497,00, calculado com base na Taxa de Câmbio vigente na Data de Emissão.

“Negócios Permitidos” significa (i) a distribuição de sinais de TV paga, rádio, Internet ou a prestação de outros serviços de telecomunicações no Brasil; e (ii) qualquer negócio ou operação relacionada ao item (i) anterior, conduzido pela Emissora ou por qualquer Controlada Restrita na Data de Integralização, bem como a aquisição, participação ou exploração de qualquer licença relativa aos negócios descritos no item (i), o desenvolvimento ou aquisição de direitos de programação ou distribuição de acordo com o item (i) da presente definição e qualquer outro negócio que envolva serviço de voz, transmissão de dados e vídeo telecomunicações.

“Obrigações de Compra” significa qualquer Endividamento Contraído para financiar ou refinarar pagamento diferido para a aquisição de qualquer propriedade ou ativo utilizado no curso normal dos negócios da Emissora e suas controladas, desde que este Endividamento seja incorrido em até 6 (seis) meses da aquisição de tais propriedades ou ativos.

“Participações Societárias” significa Fração Representativa do Capital, bônus de subscrição, opções ou outros direitos à subscrição de Frações Representativas do Capital, excluídos, no entanto, qualquer título de dívida conversível em Frações Representativas do Capital.

“Percentual Aplicável” significa (i) para os exercícios sociais encerrados até 31 de dezembro de 2007 inclusive, 70%; (ii) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, 75%; (iii) para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, 80%; e (iv) para os exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2010 inclusive, 85%.

“Percentual de Pré-Pagamento Voluntário”, significa, com relação a qualquer pré-pagamento voluntário de Dívida Sênior Garantida, uma fração, representada em forma percentual, cujo numerador seja o montante de principal de determinada Dívida Sênior Garantida a ser pré-paga e o denominador seja o valor total do principal das obrigações relativas à referida Dívida Sênior Garantida imediatamente anterior ao referido pré-pagamento.



“Percentual de Pré-Pagamento”, significa, em qualquer data de apuração, uma fração representada em forma percentual, cujo numerador seja o valor do principal das Debêntures devido na data da apuração e, o denominador, o montante do principal da Dívida Sênior Garantida devido na data de apuração.

“Pré-Pagamentos Realizados com Excesso de Caixa Livre” significa, com relação a qualquer exercício social, o menor entre (i) Excesso de Caixa Livre da Emissora no respectivo exercício social *multiplicado pelo* Percentual Aplicável relativo ao referido exercício social; e (ii) a diferença entre (a) o caixa e Ativos de Alta Liquidez da Emissora e de suas Controladas Restritas em 31 de dezembro do referido exercício social *menos* (b) o Saldo de Caixa Mínimo relativo ao referido exercício social.

“Recursos em Excesso da Emissão de Ações da Reestruturação” significa os Recursos Líquidos da Emissora obtidos com a emissão de ações pela Emissora no âmbito da Reestruturação *menos* (i) o valor equivalente a 40% (quarenta por cento) do Montante de Dívida Pré Reestruturação *menos* (ii) o valor equivalente a 40% (quarenta por cento) dos pagamentos de juros em dinheiro realizados pela Emissora aos credores detentores de títulos de dívida relacionados à Reestruturação *menos* (iii) o valor equivalente a 20% (vinte por cento) *multiplicado por* (a) o número total de ações emitidas pela Emissora no âmbito da Reestruturação a um preço por ação superior a R\$0,35 (trinta e cinco centavos) *multiplicado pela* (b) diferença entre o preço médio de emissão das referidas ações e R\$0,35 (trinta e cinco centavos).

“Recursos em Excesso” significa qualquer Recurso Líquido proveniente de uma Venda de Ativos que não seja aplicado ou investido de acordo com a Cláusula 3.12.1. (IV).

“Recursos Líquidos”, significa, com respeito a qualquer Venda de Ativos, ou ao ato de Contrair ou emitir qualquer Endividamento, ou a venda de ou emissão de ações ou quotas representativas do capital social; participações, direitos de sócio, partes beneficiárias ou quaisquer outros títulos que confirmam participação nos resultados (incluindo, mas não se limitando, a qualquer contribuição de capital), por qualquer Sociedade, o total agregado de dinheiro, Ativos de Alta Liquidez ou valores mobiliários adquiridos em decorrência de uma Venda de Ativos e convertidos em dinheiro dentro de 30 (trinta) dias a contar da data de tal aquisição, recebidos periodicamente (seja a título de remuneração inicial, pagamento ou remuneração diferida) por ou em nome de referida Sociedade e em relação com mencionadas operações, após a dedução (sem duplicação) de (a) comissões usuais e razoáveis de corretagem, de subscrição, deságio, honorários e outras comissões e taxas similares; (b) o total dos tributos pagos ou exigíveis em decorrência de ou como consequência de tal transação; e (c) com relação a qualquer Venda de Ativos, (x) todos os pagamentos decorrentes de Endividamento que sejam assegurados por quaisquer ativos que sejam objeto de referida Venda de Ativos, em conformidade com os termos de qualquer Gravame sobre estes ativos ou que, de acordo com seus próprios termos ou de forma a obter uma permissão necessária para a realização de referida Venda de Ativos ou, ainda, em razão de lei aplicável, deva ser pago pela receita de referida Venda de Ativos e (y) todas as distribuições e outros pagamentos necessários aos detentores de participação minoritária nas controladas ou *joint ventures* que devam ser realizados com a receita da Venda de Ativos, assim como a qualquer outra Sociedade (que não seja a Emissora ou uma Controlada Restrita) que



detenha um direito sobre os ativos alienados em referida Venda de Ativos.

“Reestruturação” significa a troca do Endividamento existente da Emissora e de algumas de suas Controladas Restritas (incluindo, sem se limitar, a U.S. 12^{5/8}% *Senior Guaranteed Notes* com vencimento em 2004, os títulos de taxa flutuante de emissão da Net Sul com vencimento em 2005, o capital de giro existente e mútuos financeiros (*bank loan facilities*) e as debêntures denominadas em reais conversíveis e não conversíveis) por Dívidas Seniores Garantidas e pagamento em dinheiro.

“Saldo de Caixa Inicial” significa caixa e Ativos de Alta Liquidez da Emissora e de suas Controladas Restritas, tomando-se por base o último dia do exercício social do ano imediatamente anterior.

“Saldo de Caixa Mínimo”, significa R\$ 120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais) (i) corrigidos em 1º de janeiro de cada ano pela Variação do IGP-M, ou qualquer índice que venha a sucedê-lo até a data em referência e, (ii) ajustados de acordo com qualquer despesa ainda não paga que tenha sido contraída até o final do exercício social imediatamente anterior.

“Sociedade”, significa, qualquer indivíduo, corporação, companhia, sociedade limitada, associação voluntária, sociedade, *joint venture*, truste, autarquia, organização sem personalidade jurídica ou governo (ou qualquer agência, setor, ou subdivisão política dos mesmos) ou outra entidade de qualquer natureza.

“Valor Justo de Mercado”, significa, em relação a qualquer ativo ou propriedade, o preço pelo qual referido ativo poderia ser negociado numa transação em condições usuais de mercado, para pagamento em dinheiro, entre um comprador e um vendedor, que não estejam submetidos a qualquer tipo de pressão ou coação para celebrar tal operação. Salvo se de outra forma expressamente previsto nessa Escritura, o Valor Justo de Mercado deverá ser determinado de boa fé pelo conselho de administração da Emissora, e deverá ser validado em Deliberação da RCA; sendo que na hipótese de uma operação ou uma série de operações similares em qualquer período de 12 (doze) meses consecutivos envolver(em) um valor agregado igual ou superior a R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) (reajustado pela Variação do IGP-M em 1º de janeiro de cada exercício social a partir da data de assinatura da Escritura), ou o equivalente a tal quantia em outra moeda, em que o Valor Justo de Mercado também deverá ser determinado por Consultor Financeiro Independente.

“Variação do IGP-M” significa, em qualquer data em que venha a ser determinada, uma fração, cujo numerador seja o Índice Geral de Preços – Mercado conforme calculado e publicado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M”) de tal data e o denominador seja o IGP-M do dia 1º de janeiro de 2004.

“Venda de Ativos” significa qualquer venda, arrendamento, transmissão ou transferência, direta ou indireta, ou outra forma de alienação de Fração Representativa do Capital de uma Controlada Restrita (exceto as ações detidas por membros do conselho de administração ou por imposição legal), propriedade ou outros ativos, incluindo qualquer licença para a prestação de serviço de TV a cabo ou para realização de outras atividades correlatas conduzidas pela Emissora ou por qualquer Controlada Restrita (cada uma dessas operações uma “Alienação” para fins da presente definição)



feita pela Emissora ou por qualquer de suas Controladas Restritas (incluindo qualquer Alienação realizada por meio de operações de fusão, incorporação ou operação similar). Sem prejuízo do anteriormente mencionado, as seguintes operações não serão consideradas Vendas de Ativos:

(i) Alienação pela Emissora para uma Controlada Restrita, ou pela Controlada Restrita para a Emissora ou para outra Controlada Restrita;

(ii) Alienação realizada no curso normal dos negócios, incluindo qualquer alienação de (ii.a) estoque, (ii.b) ativos obsoletos ou (ii.c) ativos excedentes, ou qualquer Alienação de Ativos de Alta Liquidez ou licenciamento não exclusivo de direitos de propriedade intelectual;

(iii) operações que, ao longo de qualquer período de 12 (doze) meses, envolvam ativos com Valor Justo de Mercado inferior a R\$3.000.000,00 (três milhões de reais) reajustados pela Variação do IGP-M em 1 de janeiro de cada exercício social posterior a Data de Emissão, a contar de 1 de janeiro de 2004;

(iv) qualquer permuta realizada pela Emissora ou por qualquer das Controladas Restritas de ativos operacionais por outros ativos operacionais de valor igual ou maior a seu Valor Justo de Mercado;

(v) a Alienação definitiva realizada em condições usuais de mercado de recebíveis ou títulos representativos dos recebíveis, obtidos no curso normal dos negócios e existentes na data da Alienação, ou a conversão ou permuta, no curso normal dos negócios, de tais recebíveis por títulos representativos dos recebíveis, que sejam caracterizados como um Investimento Permitido;

(vi) um Pagamento Restrito que seja permitido pelo disposto na Cláusula 5.7 da Escritura; ou

(vii) qualquer alienação de ativos permitida pela Cláusula 5.12 da Escritura.



B